

# SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano IX • Junho/Julho 2006 • Nº 63

EDITORIAL

## O que está em causa

Quando em Junho do ano passado as Associações Militares denunciaram as medidas que o governo se propunha aplicar, no âmbito do PEC, para a redução do défice, houve quem nos acusasse de não estarmos a ver a bondade das medidas do Governo. Hoje, aí estão as consequências a consumir vorazmente o rendimento familiar, a degradar o nosso nível de vida, lançando muitos reformados em patamares de pobreza, em alguns casos, dramática. Naquela altura, as Associações de Militares acusaram o Governo de estar a ferir de morte a Condição Militar, não só pelas medidas anunciadas, mas também, pelos argumentos utilizados, usando e abusando da mentira como arma, inventando a teoria dos privilégios, considerando igual o que sempre foi e continua a ser desigual, tentando virar cidadãos contra cidadãos, mais precisamente contra os militares – cidadãos em uniforme.

A luta que então travámos forçou o Governo a “marcar passo” nas suas intenções, à unidade e determinação de toda a família militar, fez adiar alguns objectivos e a minorar aqueles já concluídos, apesar de todo o mal que mesmo assim nos têm provocado.

Hoje, passado um ano, aí está de novo o Governo a tentar pôr em marcha o que então se viu forçado a adiar: sob o pretexto da reestruturação das carreiras dos militares das Forças Armadas – aspecto há muito reclamado pelos militares – foi criado um Grupo de Trabalho, cujos objectivos enunciados no Despacho que lhe deu origem, constam entre outros elementos orientadores, os princípios da Mobilidade – sim, dessa mesma mobilidade que por aí se fala, para os trabalhadores da Administração Pública – e o sistema de avaliação por desempenho, do qual dependerão no futuro as promoções e as progressões nos escalões.

Hoje, como no passado, surgem as mesmas vozes críticas relativamente à postura combativa e de resistência a estas medidas que a ANS tem vindo a praticar. Na opinião destes detractores, o que seria inteligente e adequado era aceitarmos pacificamente a aplicação destas medidas – dizem que a Instituição Militar não comporta todos – o que se impunha era termos uma visão de futuro, para blá... blá... blá, porventura do futuro...

Para a construção do futuro, é o que de corpo e alma, dia após dia, ao longo dos anos temos feito, mas de um futuro com objectivos concretos, que respeite a nossa dignidade de cidadãos em uniforme, que respeite o juramento que fizemos perante a bandeira, que respeite a Condição Militar, tal qual a conhecemos e juramentámos. Do mesmo modo rejeitamos, e rejeitaremos, um futuro que impõe igualizar, por baixo, o que é desigual, um futuro de precariedade, como se pretende com a introdução do mecanismo da mobilidade, um futuro sem vínculo permanente, aceitando assim participar no fim dos Quadros Permanentes.

Isto não é futuro! É passado! Isto era o que tínhamos nós antes do 25 de Abril de 1974. Isto é, afinal o que está em causa!

E estamos convictos, porque assim a vida nos tem ensinado, que se soubermos rejeitar os “antigos de senaria” com que nos visam dividir e enfraquecer, se continuarmos unidos, determinados e confiantes, o futuro, aquele futuro que pretendemos será então uma firme realidade! ▲

## UNIDADE E DETERMINAÇÃO na defesa da condição militar



**Encontro de Militares na Reserva e Reforma aponta caminhos**



**Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática**

## Petição

# Assembleia da República demite-se das suas responsabilidades

Em Maio de 2004 as associações profissionais de militares – ASMR, ANS, AOfA e APA – apresentaram ao Presidente da Assembleia da República, uma petição, na qual solicitavam aos deputados que exercessem a sua responsabilidade de fiscalização dos actos do Governo, como aliás determina a alínea a) do Artigo 162.º, da Constituição da República Portuguesa, pelo significativo e reiterado incumprimento das leis, nomeadamente: complemento de pensão de reforma, fundo de pensões dos militares e apoio social e assistencial.

Esta petição que recebeu o número 87/IX/2.ª, teve o seu epílogo no passado dia 9 de Junho com a sua discussão em plenário, onde estiveram algumas dezenas de peticionistas, nas galerias, em representação das associações promotoras.

Os cidadãos militares presentes no hemisfério assistiram, perplexos, à forma como os Grupos Parlamentares do PS e do PSD, responsáveis que são, enquanto governantes, pelo continuado desrespeito das leis em causa, trataram a petição.

Pondo de parte a falha evidenciada no panfleto da agenda do dia, produzido pelos serviços da própria AR em que se omitia uma das associações peticionistas, na circunstância a ANS, voltamos aos grupos parlamentares. A falta de rigor na abordagem, no limiar do desrespeito por cerca de oito mil militares dos QP's que se lhes tinham dirigido, chocou-nos a todos. O que estava em causa era o incumprimento das leis! Não se tratava de produzir legislação nova, por isso o que se esperava dos deputados, principalmente os do PS e do PSD, que só por si totalizam mais de 2/3 do plenário, era que exercessem as suas responsabilidades de fiscalização dos actos do Governo. Ao não o fazerem demitiram-se das suas responsabilidades, este o sentimento generalizado quando se encontraram, na saída do Parlamento, os militares presentes.

Com esta forma de actuação, com total irresponsabilidade dos Grupos Parlamentares já referidos, a A.R. colocou-nos perante um novo caso de incumprimento da Lei, inadmissível no Estado de Direito, e com esta actuação causou danos não negligenciáveis no moral e na coesão dos militares e na confiança com que encaram as instituições. ▲

## Sobre o associativismo socioprofissional dos militares

# Negociar o quê?

A questão dos métodos de luta, pressão e influência sobre o poder não é exclusiva do associativismo socioprofissional dos militares, mas uma questão central da sociedade em geral. Impõe-se como tema central de debate no seio das associações.

Tipicamente o debate desenvolve-se em torno de duas linhas centrais:

> a linha que privilegia a luta com visibilidade como forma de reforçar os espaços de diálogo existentes, influenciando a tomada de decisões com soluções mais justas e adquirir espaço de compensação pelas perdas impostas pela opinião publicada;

> e a que, dizendo querer atingir os mesmos objectivos, privilegia os métodos de negociação, anulando a luta para não criar obstáculos ao acesso e influência nos corredores do poder, do chamado lobing, e encontrar soluções que transfiram para outros, "isentos", a resolução dos problemas, eximindo-nos aos sacrifícios e riscos da luta. Tentador, sem dúvida!

Quanto a estas formas de intervenção, para os militares de profissão, a questão central é: será sempre responder à pergunta: **Negociar o quê?**

Os militares, pelo juramento que fizeram perante a nossa Bandeira Nacional, assumiram como opção de vida a Condição Militar. Foi um compromisso, qual contrato, no pressuposto de que aqueles combateriam pela Pátria, arriscando a própria vida, sacrificando-se com riscos acrescidos e a sua família com a instabilidade e ansiedade, mas obteriam do Estado o cumprimento de alguns especiais direitos compensatórios.

Compensações nos campos dos vencimentos, da assistência na doença e social complementar, permitindo-lhes uma velhice mais tranquila e antecipada em relação aos restantes cidadãos, compensando-nos do desgaste rápido e a instabilidade exigidos da juventude à meia-idade.

Por isso, relativamente ao tempo que passou, ao sacrifício que já foi feito, negociar o quê? Os estímulos acumulados no corpo? Os membros amputados? As doações adquiridas ou a saúde e o vigor perdidos? O nascimento dos filhos quando estavam ausentes em missão ou chegarem a casa e os filhos não os reconhecerem? É negociável?

Qual o preço das horas de trabalho feitas de baixo de fora, ou de temporal? Dos saltos em pára-quadras sob a ameaça do fogão real do inimigo? Dos milhares de horas de imersão? Quanto vale uma perna perdida numa mina? Um cancro a minar-nos por dentro devido às radiações que dizem não existir? Da esperança de vida reduzida relativamente à média nacional? Das úlceras adquiridas devido à alimentação ruínosa das rações de combate, à água imprópria bebida nos teatros de operações, aos dias seguidos a vomitar a bordo dos navios?

Quando se fala em negociar as parcas compensações dos militares, será que podemos encontrar uma medida



para aferir o custo de cada um dos sacrifícios já assumidos por cada militar no pressuposto de que o Estado seria uma pessoa de bem e honraria a sua parte do contrato, depois de já ter recebido a contrapartida? **Não é um negócio sério? É aldrabice!**

### Instituir a figura de mediador

Outra via que nos apontam para levar o poder a resolver os problemas que nos afectam é instituir uma figura que faça a mediação entre as partes num conflito de interesses evitando o endurecimento das formas de luta. Em Portugal essa figura existe e funciona. Tal como em alguma Europa tem o magistério da influência, do aconselhamento para que o poder cumpra a Lei, como se não fosse essa uma obrigação constitucional. Resolve uns problemas e arquiva aqueles para os quais não encontra eco junto do poder.

A prova de que existe – após árdua luta onde a ANS teve um papel de destaque ao lado do anterior Provedor de Justiça, Dr. Meneses Pimentel – e funciona, às vezes, está na página oficial da AOfA.

Um despacho do actual Provedor de Justiça levou a Marinha a cumprir a Lei, tendo como consequência a reconstituição da carreira a 47 jovens oficiais com publicação na OAI 20/2006, 17 de Maio de 2006. Portanto, o mecanismo existe e funciona.

Há quem defenda que essa figura deveria ser uma oriunda da Instituição Militar, independente, com funções do tipo de um Inspector-geral das FA. Essa figura também existe mas não funciona nas áreas socioprofissionais. E a nosso ver, bem.

Quanto à independência da figura: em relação a quem? Quem nomeia e nomeará sempre os detentores daque-

les cargos? Com que critérios? Que margem têm as associações para influenciar tais escolhas? Portanto: independentes das associações!

Veja-se o caso mais prático da nomeação dos CEM: começaram por ser nomeados a partir de uma lista apresentada pelos oficiais generais de cada ramo, hoje é uma nomeação política, da exclusiva escolha política do Governo.

Em Portugal, no nosso contexto, bastante diferente dos tais países europeus onde tal solução também está implementada, esta figura poderia vir a constituir-se, não como uma fonte de soluções mas mais um obstáculo que o poder colocaria à nossa frente para desmobilizar, criar resignação e engano, para desistirmos da prossecução da solução dos nossos problemas.

Tentámos que a Casa Militar do Presidente da República se instituisse como essa figura de mediação. Porque aquele é o Comandante Supremo das Forças Armadas, e, portanto, também com dever de tutela. Porque é naquela sede que os diplomatas efectivamente poderão avançar ou sofrer alterações a contento das partes.

Em suma: porque é naquela sede que existe de facto poder e meios para fazer a mediação e obrigar à adopção das soluções acordadas na sede de mediação. Não foi esse o entendimento. Porque? Porque seria uma mediação que teria meios para resolver e não iludir os problemas. Porque poderia ser célere e eficaz.

Na luta pelos Direitos de Cidadania e no cumprimento das leis, tudo o que não for de facto eficaz e célere, só serve para empatar. É uma lição que a história associativa portuguesa nos dá. Basta procurar os exemplos. Até hoje não houve via que não tivéssemos procurado e percorrido. Conheço-mos, bem como as suas consequências. ▲

# VIGÍLIA PELA NOSSA SAÚDE

No Encontro Nacional de Militares na situação da Reserva e Reforma, foi aprovada uma Resolução de grande importância. De entre outros aspectos, incumbia as Direcções das associações promotoras de encaminharem a Resolução para os Órgãos de Soberania e mandaram uma Comissão para levar a efeito uma Vigília Nacional que desse visibilidade às preocupações e indignação daqueles nossos camaradas. Esta ação com carácter nacional teve lugar a 11 de Maio.

Quanto à iniciativa é importante realçar alguns aspectos menos conhecidos e que podem levar a conclusões erradas sobre a forma como decorreu.

Uma Vigília realizada durante várias horas de pé, concretiza-se sempre com uma massa de pessoas flutuante em número e composição, portanto, em Lisboa, em alguns momentos, estiveram mais de duzentos camaradas e famílias e, já no fim, de facto, cerca de sessenta. Não entanto não houve por lá nenhum incidente.

Falvez por isso o Governo Civil não autorizou a sua realização no Jardim, onde havia bancos, relva e sombra. O incómodo de estar quatro horas em pé para homens e mulheres já de idade avançada não é tarefa fácil, daí a importância da decisão das camaradas de se deslocarem ao local para darem um abraço de agradecimento e solidariedade pelo esforço daqueles camaradas. Estarem quatro horas de pé, ao vento e ao sol, segurando os panos em defesa da nossa Condição Militar não deve ter sido fácil. Esteve OBRIGADO pelo coragem, persistência e força demonstradas!

O segundo aspecto, a enorme importância que aquela decisão dos camaradas do activo teve. Pela sua enorme importância tática, pois, de facto, em cima da hora, conseguimos demonstrar mais uma vez uma enorme capacidade organizativa, maleabilidade tática, disci-



Correio da Manhã, 12.05.08

plina, coesão e civismo.

Os nossos camaradas, ao tomarem aquela decisão na Reunião realizada no Mercado da Ribeira à porta fechada, foi um dado novo com virtualidades que importa ter e estudar. De facto, porque os jornalistas tinham a percepção de que os camaradas reunidos iriam tomar alguma decisão importante e de cariz novo, não arredaram pé e encontraram alternativas para manterem a cobertura da iniciativa.

Mas de tudo, o mais importante foi o ânimo e a alegria que transpareceu no rosto cansado dos nossos camaradas mais velhos quando nos viram chegar junto de si, em apoio reconfortante, dár-lhes um abraço de gratidão. Depois do hino de todos nós, ecoando a penos pulmões, cantado em uníssono pelos militares e seus familiares presentes, transmitido em directo nos lanes portugueses. É a imagem de cidadãos civicamente educados e responsáveis, dos quais qualquer

chefe militar se pode e deve orgulhar.

Em terceiro lugar, importa realçar que, mais uma vez, os cidadãos em uniforme, de todas as situações militares e suas famílias, exerceram os direitos de cidadania, consagrados na Constituição e na Lei, no mesmo dia em que as Forças Armadas estiveram empenhadas num enorme exercício militar, que decorreu como se a Família Militar estivesse tranquila nos seus lanes e serviços e não, em todo o País, junto aos Órgãos representativos do Governo, indignada.

Em quarto lugar, certamente, a forma elevada e ordeira como estava a decorrer a Vigília junto à residência oficial do PM, levou a que o seu assessor Militar Major-General António Joaquim de Aguiar Pereira Cardoso, convidasse os dirigentes associados a transmitirem-lhe os problemas motivadores daquele evento, criando-se, assim, mais um espaço de diálogo.

Nessa sequência, foram recebidos em

## A Repressão Continua!



David Pereira

timos que nos esforçamos para o conseguir, não desta afirmação se pode concluir existem ideias ofensivas para os nossos superiores e prejudiciais à disciplina, e muito menos de, com esta afirmação, ter discutido ordens de superiores hierárquicos.

**Vigília foi decisão do Encontro de Militares na Reserva e na Reforma e não de um suposto encontro da ANS e APA**

3. A ordem supostamente discutida, refere-se a uma mensagem aprovada em Conselho de Chefes de Estado-maior, realizado em 4 de Maio, que consistia num esclarecimento, e não mais do que isso, com base em notícias veiculadas por alguma comunicação social.

Devido a este esclarecimento paritico de mensagens erradas, levando por isso mesmo a conclusões incorrectas, a ANS e a APA em comunicado conjunto divulgado a 8 de Maio afirmavam, reponto a

verdade dos factos:

*"As razões em que assenta a decisão do Conselho de Chefes para desencorajar e ameaçar com medidas disciplinares os militares na efectividade de serviço que tenham a participar na referida jornada nacional do próximo dia 11 de Maio, partem de premissas, que não correspondendo de todo à realidade, permitem conclusões erróneas, que por amor à verdade devem ser contestadas e espinhadas. De acordo com a mensagem, tais manifestações estão a ser organizadas pelas associações de militares, tendo a sua convocatória sido decidida num encontro entre a ANS e a APA, que contrariam com o apoio da COFA".*

*Impõe a verdade que se diga que tal não é assim! A decisão de promover a jornada nacional do dia 11 de Maio sob a forma de "Vigília pelo Direito à Saúde", foi uma decisão do Encontro Nacional de Militares na Reserva e na Reforma, realizado no passado dia 19 de Abril, na Casa do Alentejo, em Lisboa, que contou com mais de 500 participantes, e tendo para efeito ficado mandatada uma comissão de militares na reserva e na reforma para a dar corpo.*

*Assim sendo, a afirmação de que a convocatória teria sido decidida num encontro entre a ANS e a APA não só não corresponde rigorosamente à verdade, como a uma grosseira distorção dos factos.*

Importa, no entanto, esclarecer que a referida mensagem não consistia numa ordem, mas sim um esclarecimento com base nas informações que o Conselho de Chefes dispunha, e, a seu tempo, devidamente esclarecidos.

audiência informal, os dirigentes da ANS e da APA, David Pereira e Luís Reis, respectivamente, acompanhados por um elemento da Comissão de Militares na Situação de Reserva e Reforma (CMSRR). A audiência decorreu com grande frontalidade e cordialidade, entre pessoas que falam a mesma linguagem. O senhor General mostrou-se sensível e condescendente dos problemas apresentados, e afirmou que iria transmitir e sensibilizar o senhor Primeiro-ministro para a importância da sua resolução.

Da audiência depreendeu-se ainda que há espaço e possibilidade, não só para que alguns dos problemas apresentados sejam resolvidos, como algumas medidas poderão ainda ter desenvolvimentos mais favoráveis, bastando para tal que os responsáveis políticos o entendam.

Em quinto lugar, é urgente continuar com o esforço de informação, mobilização e organização dos camaradas em todo o território, que trilhamos, com os suportes e funcionaram, por mais diminutos que tenham sido. Só este trabalho organizativo nos poderá levar a ações e objetivos mais ousados, a reforçar a unidade da Família Militar, a confiança e a alcançar os objetivos que nos propomos.

Este trabalho que trilhamos, tem-se revelado o adequado. Comprova que a luta, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, abre portas e espaços de diálogo, ajuda a encontrar soluções justas, diminui o impacto negativo das medidas, reforça a unidade e a confiança nos objetivos que nos propomos.

Estes cinco aspectos referenciados, pela ANS, em comunicado emitido no próprio dia 11 de Maio, são da maior importância para o entendimento do que efectivamente se passou. Comunicado que terminava com um compromisso:

**QUE TIVERMOS QUE FAZER!** ▲

4. Quanto à disciplina, que a acusação diz ter sido prejudicada, convém recordar que esta não é um conceito abstracto ou vazio de conteúdo, antes pelo contrário, é um conceito concreto e definido no artigo 1º do Regulamento de Disciplina Militar (RDM):

*"Artigo 1º. (Conceito de disciplina) - A disciplina militar consiste na exacta observância das regras e regulamentos militares e das determinações que em sua e outras derredas; resulta, essencialmente, de um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo de missão que cabe às forças armadas."*

Assim sendo, a sua aplicação para reduzir o RDM ao seu artigo 4º e aos artigos que regulam o procedimento disciplinar, mais não é assim, o RDM tem também os artigos 1º e 2º apesar de sistematicamente esquecidos.

**Vigília foi legalmente convocada e não pôs em causa a disciplina**

5. Como determina o RDM a disciplina militar consiste na exacta observância das leis e para melhor se entender este conceito atentemos no artigo 31-C da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas:

*"Artigo 31-C. Direito de manifestação - Os cidadãos desarmados no artigo 31, desde que estejam desarmados e trajem civilmente sem ostentação de qualquer símbolo nacional ou*

*Continua na pág. 6*

Cartas dos LEITORES

## Carta ao Presidente da República

Senhor Presidente da República e Chefe Supremo das Forças Armadas

Excelência:  
Com humildade e para os devidos efeitos, ouso dirigir-me por este meio a V. Exa. a fim de lhe expor e deixar à consideração o seguinte:

É do conhecimento de V. Exa. que foi retirado a todos os militares e pessoal titular de condição militar direitos adquiridos e o mais grave é o que tem a ver com a assistência medicamentosa, e que tem contribuído para a desmoralização e descontentamento de quem resolveu seguir a carreira militar e que a maioria dos cidadãos, rejeita.

Na altura, políticos de todos os quadrantes vieram dizer para a pública que os militares não podem ser considerados como qualquer cidadão comum e que a perda de incentivos iria contribuir para o mal-estar no seio das Forças Armadas e contribuir também para o recrutamento de gente válida para seguir a carreira militar.

Como se tem vindo a verificar, o mal-estar instalou-se e irá manter-se até serem repostas tais regalias e a dificuldade no recrutamento de pessoal válido, já é um facto, pois segundo a imprensa escrita e falada, bem como análises de assuntos militares, a maioria dos concorrentes são pessoas falhadas nos estudos e outros provêm de extractos sociais duvidosos, pois a reprovação dos concorrentes tem sido significativo e disso estão cientes o Senhor Primeiro Ministro e o Senhor Ministro da Defesa.

Os militares e o pessoal com sustentação idêntica, nunca tiveram e continuam a não ter, direito a descansar em todos os fins-de-semana, feriados, nas chamadas "pontes" e muitas das vezes sem horas certas para se deitarem e para se levantarem, ao contrário dos funcionários civis que exercem funções nas Instituições Militares e não são, que têm horário fixo, direito ao descanso em todos os fins-de-semana, feriados e pontes, não falando já de poderem estar todos os dias a conviver com os seus familiares e isentos de mobilização na eventualidade de ser necessário defender a democracia e a ordem pública quando em perigo e prestar serviço em países com climas adversos e às vezes onde reina a "guerra civil" de onde trazem, muitos dos que para lá se deslocaram, "sequelas" que jamais poderão ser reparadas. Refira-se os 18 militares que ficaram carbonizados na Serra de Sintra, e que para ali se deslocaram para auxiliarem os Bombeiros no Combate a um grande incêndio.

**A Pátria louva que a Pátria vos contemplará** — Dei o melhor que pude durante os 40 anos que permaneci ao serviço e agora com quase 80 anos de idade e com um pensão mensal no valor de 945,00 Euros, com os quais eu e a minha companheira teremos de fazer face à vida, vejo-me despojado do meu elemento direito, previsto e consagrado na Carta das Nações Unidas e na Constituição da República Portuguesa.

Com os melhores cumprimentos.

Lisboa, 5 de Junho de 2006

António Gonçalves

## Colaboração e Sacrifícios

A propósito de militares, afirmou recentemente o Sr. Presidente da República, que todos devemos colaborar nos sacrifícios necessários para corrigir problemas orçamentais.

Pela minha parte (1.º Sargento na Reforma) colaborei com um decréscimo de 1% no rendimento líquido de 2005 para 2006.

Tive um aumento de 12 €, mas com perdi a gratuidade nos medicamentos, fiquei com menos 8 € de rendimento disponível, o que corresponde, grosso modo, a um ponto percentual.

Pergunto-me sobre se os Srs. Ministros e pensionistas de milhares de euros, igualmente colaboraram tendo disponível agora menos um por cento do que tinham em 2005.

Leitor devidamente identificado

## ENCONTRO DE MILITARES NA RESERVA E REFORMA APONTA CAMINHOS

**R**ealizou-se na Casa do ALENTEJO, no passado dia 19 de Abril, com a presença de cerca de 500 militares na situação de Reserva e Reforma, um encontro com o objectivo de analisar a situação provocada pela aplicação dos Decretos-Lei nº 166/2005 e nº 167/2005, de 23 de Setembro.

O Encontro teve o patrocínio da ANS e da APA e foi promovido por uma Comissão de Militares na Reserva e Reforma. Em representação desta comissão o Sargento-Mor Álvaro Martins fez uma intervenção, que pela sua importância, o jornal "O Sargento" transcreve alguns excertos:

*"(...) Quando em Junho passado as Associações Militares denunciaram as medidas que o Governo se propunha aplicar, no âmbito do PEC, para a redução do défice, provavelmente alguns de nós pensamos que havia algum exagero naquela denúncia, que as medidas anunciadas eram só para aplicar aos outros..."*

*"Essa altura respondeu o Governo, fazendo aludidas referências em cores com os chefes militares, que não que a condição militar estava assegurada, acusando a actuação das Associações de "deriva sindical" de influências "político-partidárias", usaram as armas da repressão disciplinar, as proibições aos mais elementares direitos de cidadania. Valeu de tudo um pouco. Hoje, até estão as consequências para provar quem tinha razão, quem falava a verdade e hoje como ontem reafirmamos — recusamos-nos a fazer parte da Comissão Limitadíssima das Forças Armadas — o nosso compromisso é, o nosso solene compromisso é com o Povo Português, não é com um qualquer organismo, por mais legítimo que se seja, pois os Governos passam e Portugal continua..."*

*"Apelo com entusiasmo pelos presentes, Álvaro Martins continuou: "(...) As consequências da aplicação dos diplomas aprovados — DL 166/2005 e DL 167/2005 de 23 de Setembro — são por demais sentidas por todos nós, principalmente por aqueles mais beneficiados por questões de Saúde..."*

*"Retrou os militares reformados a reposição dos custos dos medicamentos nas farmácias, anteriormente assegurada pelos ADMS..."*

*"Reduziu as comparticipações na grossaria e dos medicamentos e de outros meios de participar outros. Sendo que as comparticipações, hoje, variam entre os 20 e os 95% e deste leque de comparticipações 93% se situam entre os 40 e os 60% — quase a totalidade. Existem estudos credíveis que apontam para um agravamento, que pode atingir os 300 a 400 euros mensais, uns despesas com a Saúde para alguns agregados familiares..."*

*"Introduziu o pagamento de taxas moderadoras nos hospitais militares para os militares, nos familiares, medida de dupla constitucionalidade, já que a CRP define que a saúde deve ser tendencialmente gratuita e deste modo passamos para o tendencialmente todo pago..."*

*"Aumentou os preços dos medicamentos e dos despesas hospitalares e dos exames de diagnóstico..."*

*"Mas não se ficam por aqui as consequências deste feroz ataque às condições de vida dos militares reformados..."*

*"Diminuiu o valor líquido das pensões de reforma, devido ao agravamento da taxa do IRS em quase 30%..."*



Na foto, Armando Parreira e Ciro Martins, da Comissão de Militares na Reserva e Reforma, Álvaro Martins e Lima Coelho, da ANS, e Luis Reis e Luis Pina, da APA

— Alterou a fórmula de cálculo das pensões, aplicando a regra do Regime Geral, provocando no futuro perdas que podem atingir os 40%..."

— Proibiu a inscrição de novos subscritores na ANS desde [ano] último, condenando a morte esta instituição...

— Para além deste escandaloso roubo, os militares na Reserva e Reforma continuam confrontados com as seguintes situações escandalosamente injustas e mesmo ilegais:

— Os militares reformados desde Agosto de 2004 continuam a receber as suas pensões incompletas devido ao não pagamento do complemento da pensão de reforma, cuja dívida do Estado ascende já a mais de 250 milhões de Euros, apesar desta ser uma lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República, cujos sucessivos Governos tenham em não cumprir...

— Como se trata de ruptura do Fundo de Pensões dos Militares, que se afirma estar julgado, por falta de provimento financeiro a que o Estado está obrigado, ascendendo a dívida a mais de 210 milhões de Euros.

— E como se tudo isto não fosse bastante, os militares são duplamente penalizados com a recente interpretação lesiva dos seus direitos, por parte do Director Central da C.A. Serfim Amorim e com o silêncio cínico do Ministro da Defesa e do Primeiro-Ministro "O silêncio do 1.º Ministro e do Ministro Dr. Luis Amado é o principal responsável por esta situação..."

— Teimosamente (ou intencionalmente?) tem-se recusado a produzir interpretação legislativa do DL 166/2005, desde há muito solicitada pelas associações socio-profissionais de militares e pelas chefias dos ramos..."

Para seguidamente questionar: "(...) Será que o silêncio não continuará, contribuindo deste modo para a desautorização dos Chefes Militares?"

— É esta a relação de lealdade e solidariedade institucional que deve presidir às relações entre o MDN e os Forças Armadas?"

Então Sr. Ministro, qual dos pareceres os militares devem acoller como verdadeiro: de quem nos comungamos e apoiar quando a sua situação era mais difícil, ou de quem nos paga com os nossos descontos acumulados ao longo da carreira contributiva?"

A terminar referiu Álvaro Martins:

"(...) Sr. Ministro, o seu silêncio

não é inocente, por isso só nos resta um caminho: o caminho da resistência e da luta pelos nossos direitos!"

Hoje como ontem, sabemos bem ao lado de quem devemos estar em defesa da Instituição Militar, da Coesão e da Disciplina das Forças Armadas: inequivocamente ao lado de quem defende os seus homens e contra quem ofende e viola os direitos adquiridos pela Família Militar!"

**Proposta para travar degradação**

Na final deste encontro de militares foi apresentada uma proposta de resolução que, depois de lida e votada foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Do seu texto ressalta que perante este estado desmedido às suas condições de vida, os militares presentes no Encontro Nacional de Militares na Situação de Reserva e Reforma, decidem:

1. Mandatar a Associação Nacional de Sargentos (ANS) e a Associação de Praças da Armada (APA), para conjuntamente, estudarem as ormas, os caminhos, os mecanismos necessários para travar a degradação da situação e da dignidade dos militares na reserva e reforma;

2. Marcar uma acção de protesto, de âmbito nacional, para o próximo dia 11 de Maio, realizando uma "Vigília pelo Direito à Saúde", nas principais cidades do País.

Já no período final do Encontro foi apresentada sob forma de proposta aos presentes a ideia que havia sido sugerida por um camarada nosso durante a reunião que teve lugar no salão da Junta de Freguesia do Samouco, em 9 de Março, e que consistia em participarmos na manifestação popular comemorativa dos 32 anos do 25 de Abril, entregando as camisolas brancas "100% Sargento".

A proposta foi igualmente aprovada e mais tarde apresentada às outras associações que aderiram e assim, na tarde de 25 de Abril, em liberdade, centenas de militares e seus familiares manifestaram-se pacificamente, numa acção de grande civismo e cidadania. ■

## Associações Profissionais de Militares apresentam

# "Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática"

Face ao preocupante desrespeito e incumprimento de um número significativo de leis, por parte de sucessivos governos, com particular incidência nos últimos seis anos, as Associações Profissionais de Militares – ASMR, ANS, AOFA e APA – decidiram criar uma "Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática".

A apresentação pública desta comissão ocorreu, no passado dia 5 de Maio, numa conferência de imprensa realizada no emblemático Café "Martinho da Armada", em Lisboa.

A comissão é constituída pelo Tenente-General Silvestre dos Santos, que a coordena, pelo Comandante Sá Vaz em representação da ASMR, pelo Sargento-Mor Álvaro Martins em representação da ANS, pelo Coronel Gonçalves Ramos em representação da AOFA e pelo Cabo Rocha Leitão em representação da APA.

Durante a apresentação pública, o TGen Silvestre dos Santos afirmou: "(...) A situação de incumprimento de diplomas e dispositivos legais estritamente associados ao Estatuto da Condição Militar agravou-se de 2004 para cá.

Por outro lado, atingindo igualmente direitos inalienáveis dos militares enquanto cidadãos, verifica-se idêntico tipo de desrespeito, a variadíssimos níveis, em relação a um sem número de outros diplomas e dispositivos legais.

São inclusivamente desrespeitadas reco-



Apresentação pública da Comissão de Inquérito

mendações do Parlamento Europeu.

Os militares vêm-se assim confrontados com um quadro em que direitos legalmente protegidos não são respeitados, o que faz com que surjam afloramentos públicos de indignação. Neste contexto enfrentam um regime disciplinar de enorme exigência, prontamente rebolando e até aplicado, o que acarreta consequências para as respectivas carreiras, enquanto persiste a falta de soluções para os seus problemas.

Vamos dar alguns, poucos, exemplos de entre o leque vastíssimo que oportunamente

será dado a conhecer.

Poder-se-á argumentar com a estafada tese da falta de recursos para o não pagamento do complemento de pensão de reforma, estabelecido na Lei n.º 25/2000, que, aliás, mais não fazia, como era de justiça, do que repor os direitos do universo que se encontrava nos Quadros Permanentes em Janeiro de 1990.

De igual forma poderá tender justificar-se a não homologação de pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, "escapando" deste modo aos abonos devidos aos militares a que aquela entidade

deu razão, como nos casos do complemento de pensão de reforma e no suplemento da condição militar para os que não detinham os 36 anos de tempo de serviço.

Esse tipo de argumentação implica, inevitavelmente, que se questione a forma como a AR aprova, no caso do complemento de pensão de reforma por unanimidade, alguns diplomas. Na realidade, não é costume fazer as contas para estas matérias?...

Mas que dizer do incumprimento dos normativos do Código do Procedimento Administrativo, com violação frequentíssima dos prazos ou do princípio da colaboração da Administração com os particulares?

Para terminar, o TGen Silvestre dos Santos referiu:

"A situação é, na realidade, grave e em nada abona o Estado de Direito.

Impunha-se, deste modo, inventariar existismente as situações de incumprimento, sistematico e repetido, de legalidade democrática...

(...) Com o nosso trabalho, vamos, uma vez mais, respeitar, sem equívocos, o nosso compromisso para com o País que nos honramos de servir.

Esporamos que o Relatório que vai culminar a missão à que metemos ombros sirva, também, para que as falhas que apontarmos sejam corrigidas.

Se tal não se verificar, não enjantamos a possibilidade de remeter a resolução dos problemas às Instituições europeias convenientes." ▲

## Quando todas as portas se fecham...

# Afinal do que estamos à espera?

O que constatamos, cada vez com mais frequência, é que sucessivamente se vêm fechando as portas que poderiam "servir de alforçada" entre os cidadãos e o Governo, criando assim um sentimento de revolta e angústia pelo facto de, às tantas, já não se saber a quem recorrer.

Vejamos:

É frequente ouvirmos na Comunicação Social, especialmente em alturas de maior perturbação política, que as instituições estão a funcionar...

Ouvimo-lo várias vezes, nomeadamente no mandato do anterior Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, mesmo apesar de por duas vezes ter promovido mentiras como o foram o Decreto-Lei das promoções dos militares com 14 anos de posto e o das alterações das regras de passagem à Reserva e Reforma e alterações ao Regime de Assistência na Doença dos militares.

E dizem-lo, porque sabia que apesar de vir referido nos diplomas que as associações foram ouvidas, tal não era verdade. No primeiro caso promulgo e só depois fomos ouvidos... No segundo caso nunca nos ouviam...

Mas mesmo assim... "as instituições estão a funcionar"...

**Conclusão: Queixar à Procuradoria da República não adianta...**

Este Governo e os anteriores não cumpriram diversas Leis relativas aos mi-

litares. Algumas dessas Leis foram aprovadas por unanimidade na Assembleia da República.

É o caso do não pagamento dos complementos de pensão de reforma aos militares, da situação de ruptura do Fundo de Pensões dos Militares, da não integração das associações de militares nos Grupos de Trabalho do MDN, dos problemas de suplementos de residência, dos abonos de subsídios de reintegração e de desemprego aos militares contratados, etc., etc.

As associações representativas dos militares queixam-se destes factos e promovem uma petição dirigida à Assembleia da República, órgão fiscalizador da actividade do Governo, redõem mais de 8000 assinaturas, a Assembleia demora mais de dois anos a analisar o assunto e no fim dão três minutos a cada grupo parlamentar para se pronunciarem. Os grupos parlamentares do PS e do PSD, com a consciência pesada por serem os responsáveis da situação, dizem meia dúzia de palavras de circunstância, não resolvem nada e lá vão para o arquivo as assinaturas de 8000 cidadãos que pagam os seus impostos e são tratados desta forma.

**Conclusão: Queixar à Assembleia da República não adianta...**

Relativamente ao não pagamento do complemento de pensão de reforma, situação que se arrasta desde o ano 2000, foi pedido um Parecer à Procuradoria-

geral da República. O Parecer foi favorável aos militares mas o anterior Governo PSD/CD'S decidiu não homologar esse parecer para não ter que pagar uma dívida de mais de 250 milhões de Euros aos militares reformados.

O Parecer foi para a gaveta, os militares continuam a não receber na totalidade a reforma a que tinham direito e alguns até já acabaram por falecer. Para esses está resolvido...

**Conclusão: Queixar à Procuradoria geral da República não adianta...**

Várias queixas têm sido apresentadas no Provedoria de Justiça relativamente às ultrapassagens na promoção a SCH e SMOR e consequentes passagens compulsivas à situação de Reserva. O anterior Governo PSD/CD'S, interpelado pelo Provedor de Justiça respondeu que o assunto estava a ser tratado em conjunto com as associações, o que era falso. O Provedor aceita a resposta como boa e arquiva o processo...

Noutro caso sobre o desconto das contagens de tempo para a CGA, a Provedoria de Justiça deu razão aos militares mas o anterior Governo do PS de António Guterres, decidiu ignorar a sugestão do provedor de Justiça

**Conclusão: Queixar ao Provedor de Justiça não adianta...**

Várias centenas de processos deram entrada em tribunal para recuperação

dos retroactivos da diferença de vencimento entre os ISAR da Armada e os do Exército e Força Aérea. Destas centenas de processos, todos sobre o mesmo problema, houve os mais diversos desfechos. Apenas cerca de uma dezena de Sargentos receberam o retroactivo a que tinham direito e por erro processual do advogado do Estado. Muitos apesar de terem ganho a causa na primeira instância, viram-se forçados a desistir e mesmo assim pagar custos, pois o Tribunal Constitucional consecutivamente não dava razão aos militares.

Também sobre o processo de proibição da manifestação dos militares este Tribunal emitiu um longo acórdão para dizer que se recusava a tomar conhecimento...

**Conclusão: Queixar aos Tribunais não adianta...**

Quando os cidadãos recorrem às instituições e se cria este sentimento de que nada adianta, que meios podem usar para ver os seus problemas resolvidos?

E se os problemas são da mais elementar Justiça?

Se o Governo não cumpre a Lei de forma declarada e nada acontece, o que podem fazer os cidadãos?

E os militares que juram cumprir e fazer cumprir a Lei, o que podem fazer?

Que caminhos nos estão a apontar?

Afinal, do que é que estamos à espera? ▲

## A repressão continua!

Continuação da pág. 3

das Forças Armadas, têm o direito de participar em qualquer manifestação legalmente convocada que não tenha natureza político-partidária ou sindical, desde que não sejam postos em risco a coesão e a disciplina das Forças Armadas".

A "Vigília pelo Direito à Saúde" foi legalmente convocada, por isso mesmo, autorizada pela autoridade competente, os participantes trajavam civilmente sem ostentarem qualquer símbolo nacional ou das Forças Armadas, não tinha natureza político-partidária nem sindical, a coesão e a disciplina das Forças Armadas não foi colocada em risco; nesse dia decorreu sem qualquer transtorno um dos maiores exercícios militares conjuntos do ano.

Porque assim decorreu, na estrita observância da Lei e das disposições legais, o Assessor Militar do Primeiro-ministro disponibilizou-se para receber uma delegação da Comissão Promotora do evento. Aliás, razão primeira da comparecência dos dirigentes associados ao local, para integrarem, a pedido da Comissão Promotora, a delegação recebida pelo Assessor Militar.

**Como pode atentar contra a disciplina militar quem age na exacta observância da Lei?**

Como demonstram os factos é nosso profundo entender, e salvo melhor opinião, não existir qualquer ilícito disciplinar cometido pelos nossos camaradas. Assim sendo as razões só outras e sobejamente conhecidas por não ao fora da história do associativismo militar.

Estes processos, tal como os 23 que os antecederam só no mandato deste Governo, são determinados politicamente, visam objectivos políticos, têm origem em diferentes socio-profissionais que opõem as associações representativas dos militares ao Governo e não têm origem nem solução no seio das Forças Armadas, para onde, à força, foram encaminhadas. A disciplina como mecanismo de comando não pode, nem deve, ser utilizada como mecanismo de apoio à implementação das políticas dos Governos. Isso sim, a manipulação deste mecanismo regulador, seria a instrumentalização partidária das Forças Armadas.

Só isso explicita o motivo no levantamento dos processos e a pressão que alguma comunicação social fez nos dias seguintes junto dos Estados-maiores e das Associações, e de encomenda, sobre os processos disciplinares, numa altura em que ainda ninguém podia, ou queria, saber a basta ler a notícia do EXPRESSO do dia 13 de Maio sob o título "Militares desafiam chefes".

Convictos das nossas razões, intransigentemente fiéis ao nosso juramento perante a Pátria e ao Código de Honra das Forças Armadas, não regatearemos esforços na defesa destes camaradas.

Neste momento estamos conscientes da necessidade da unidade de toda a Família Militar e especialmente dos Sargentos de Portugal. Por isso não nos deixaremos dividir por quaisquer tipos de manobras, incluindo a repressão que no último ano se abateu sobre nós.

**Unidos, determinados e fazendo jus ao nosso juramento vamos continuar o caminho da defesa da Condição Militar e da dignidade da Família Militar. ■**

## A ANS e os diversos Grupos de Trabalho

Quem observa, mesmo com pouca regularidade, a 2.ª Série do Diário da República, vai dando conta da criação em catadupa de Grupos de Trabalho por parte dos diferentes ministérios. Dos que aos militares dizem respeito destacamos os seguintes: Grupo de Trabalho para a ADME (Grupo de Trabalho sobre a Saúde Militar); Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras dos Militares das Forças Armadas.

Todos eles têm um traço comum, a não integração nesses GT's das Associações de Militares conforme determina a Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de Agosto, no seu Artigo 7.º

Para além deste traço comum, a criação e funcionamento destes GT's trazem-nos preocupações de outro nível que se abordam de seguida, grupo a grupo.

### Grupo de Trabalho para a ADM

Este GT criado pelo Despacho n.º 28/MDN/2005, de 26 de Setembro, tinha como missão apresentar um conjunto de propostas ao MDN até 15 de Novembro de 2005 de forma a pôr em prática a nova ADM, bem como, alterar o Estatuto do IASFA a fim de o compatibilizar com a nova função de gestor da ADM.

A partir da 6.ª reunião do GT, o presidente do grupo e secretário geral do MDN, MGen Luis Sequeira, decidiu convidar as Associações Profissionais de Militares a assistirem às suas reuniões, o que a ANS sempre fez com frontalidade, lealdade e espírito de cooperação, procurando sempre, em todas as reuniões, estas GE GT pudessem minimizar os estragos entretanto feitos aos subsistemas de Assistência na Doença aos Militares e seus familiares, e ainda tudo fazendo para que o património do IASFA não pudessem ser desbastaados.

Os trabalhos foram decorrendo, os prazos de extinção do GT adiados, as propostas concluídas, mas preocupantemente sem saírem publicadas à luz do dia (pelo menos até ao encerramento desta edição de "O Sargento"). Esta situação de todo preocupante motivou uma posição escrita da ANS, para ser registada em acta da reunião do dia 22 de Junho do GT, que se transcreve, dada a sua importância:

*"Como é público a Associação Nacional de Sargentos sempre expôs, tal e frontalmente as suas críticas e discordâncias relativamente à forma precipitada como o processo de extinção das ADMA, ADME e ADMAf originando uma nova entidade, a ADM, foi suprido.*

*E é sobre a situação desta nova entidade, no limiar da ilegalidade por ausência de publicação dos diplomas produzidos em sede deste Grupo de Trabalho, bem como das suas possíveis consequências para a entidade gestora, que reside hoje a nossa principal preocupação.*

*Preocupação que desejamos ver expressa no acta deste reunião."*

### Grupo de Trabalho sobre a SAÚDE MILITAR

Este GE foi criado pelo Despacho Conjunto n.º 393/2006, de 2 de Maio, tendo merecido fundadas preocupações por parte da ANS, difundidas em comunicado de forma que transcrevemos um trecho:

*A reforma do sistema de saúde militar passa obrigatoriamente por uma reorganização que garanta, por um lado, a continuidade da qualidade dos serviços prestados e a capacidade de participação em missões internacionais, bem como, por outro, a optimização dos meios e uma melhor articulação com o Serviço Nacional de Saúde.*



*Ficamos a saber que já existem vários estudos elaborados no seio do próprio ministério ao longo dos anos, nos quais nunca tivemos acesso; e que a reforma pretendida pelo Governo, prossegue objectivos respeitáveis.*

*Mas este Governo habitou-nos desde o seu programa eleitoral a um antagonismo entre o que declara querer fazer e o que faz. Devemos ser cautelosos nas apreciações e não alimentar expectativas que podem gerar-se.*

*A constituição deste Grupo de Trabalho (GT), para além das associações não terem sido nomeadas como seus membros, também os ramos não constam expressamente na nomeação."*

Mais adiante e tendo como referência o mesmo comunicado, a ANS coloca várias questões para reflexão:

*"Se há muitos anos que se fala na reestruturação da saúde e foram elaborados os respectivos estudos, hoje caímos numa estereotipada que para a coordenação do GT seja preciso ir buscar alguém fora das FAA – segundo informação veiculada pela imprensa, pessoa ligada ao grupo Mello.*

*Há nos que este debate decorre no seio dos ramos com lealdade produzida. Será necessário pagar para esse estudo ser feito? Temos muitas e sérias dúvidas.*

*A nossa preocupação sobre a salvaguarda da operacionalidade e da qualidade dos serviços cresce ainda mais, quando o grupo Mello passa a ter assento no Grupo de Trabalho. E por duas razões principais:*

*– A primeira, porque o grupo Mello é um interessado privilegiado na drea da saúde e assim, não só fica na posse de conhecimentos que depois usará, como as conclusões do estudo poderão ser tendenciosas;*

*– A segunda, porque o grupo Mello está envolvido em toda aquela polémica do hospital Amadora/Sintra, onde a qualidade dos serviços é sacrificada aos lucros."*

Até ao momento (encerramento desta edição de "O Sargento") não se conhecem quaisquer estudos e propostas deste GT.

### Grupo de Trabalho para a Reestruturação das Carreiras

Este GE foi criado pelo Despacho n.º 63/MDN/2006, de 25 de Maio, e de entre outros, com os seguintes objectivos:

- i) Elaborar um novo modelo de carreiras militares com base nos seguintes elementos:
  - ii) Políticas de gestão de carreiras e respectivo processo profissional;
  - iii) Necessidades funcionais (quadros de pessoal);
  - iv) Desenho de cargos/funções;
  - v) Formação e qualificação;
  - vi) Sistema de avaliação;

vii) Mobilidade;

viii) Sistema retributivo e de apoio social."

Em comunicado, datado de 8 de Junho, a ANS referia-se a este GT nos seguintes termos:

*– E por isso que, agora que se pretende de uma forma ilegítima mexer em todas estas questões, não aceitamos ser marginalizados neste processo que afecta profundamente as nossas vidas e das nossas famílias.*

*A lei tem de se cumprir! As associações devem integrar o grupo de trabalho e participar de pleno direito e em igualdade de oportunidades."*

Para de seguida apresentarmos algumas das suas preocupações:

*– "O GT reuniu pela primeira vez no passado dia 30 de Maio, sem a presença das associações, depois de termos sido informados que essa reunião não se iria realizar... Só dois dias depois reunimos com o presidente do GT, onde nos foram entregues alguns parcos documentos e nos foi dito que seriam ouvidos 3 vezes sendo aquela uma delas.*

*– O GT terá que produzir um projecto global de reconstituição das carreiras até 15 de Dezembro do corrente ano, o que significa que na melhor das hipóteses só em 2007 ou 2008 ou... serão implementadas as iniciativas legislativas que decorram destes trabalhos...*

*– Não sabemos até que ponto este atraso terá influência no desengajamento dos escolhos uma vez que estamos dependentes da revisão do sistema de carreiras...*

*– No preâmbulo do Despacho são referidos os especiais e rígidos direitos inerentes ao Estatuto da Condição Militar, mas não é feita uma única referência aos especiais direitos e compensações pela exigência, risco e desgaste rápido impostos aos militares...*

*– O Despacho do MDN determina a elaboração de um projecto global para um novo modelo de carreiras com base em vários elementos entre os quais a "mobilidade". Tivemos já a oportunidade de confirmar que esta "mobilidade" de aqui se fala não é aquela que estamos habituados, e que consiste em sermos transferidos entre unidades, mas sim a "mobilidade" entre diferentes Ministérios inserida na Lei da Mobilidade na Administração Pública, recentemente apresentada pelo Ministro das Finanças."*

O comunicado do qual temos vindo a transcrever alguns excertos, termina com a posição defendida pela ANS junto do presidente do GT, que em primeiro lugar

deem ser resolvidos os problemas que temos actualmente para que, a partir de uma base sã se construa um novo modelo de carreiras, com aliceres fortes e com a participação de todos os interessados. ■

# MOBILIDADE... Do que se trata?

O projecto de diploma do qual resulta o novo "Estatuto da Mobilidade" abrange dois tipos de mobilidade: (1) Mobilidade Geral; (2) Mobilidade Especial. O primeiro aplica-se a todos os trabalhadores da Administração Pública, podendo ser também aplicado aos colocados na chamada "Situação de Mobilidade Especial".

Os instrumentos de mobilidade geral, ou seja, aquela que se aplica a todos os trabalhadores são: (1) A transferência; (2) A permuta; (3) A requalificação; (4) O destacamento; (5) A afectação específica; (6) A cedência especial.

Com a excepção da "cedência especial", em que seria necessário o "consentimento expresso por escrito do trabalhador" (n.º 1, do Art.º 4.º), em todos os restantes casos existiriam situações em que não seria necessário o consentimento do trabalhador seriam, de acordo com o Art.º 4.º, as seguintes:

(1) No caso de ser para serviço situado no município do seu serviço ou no município da sua residência;

(2) No caso de ser para serviço situado em qualquer município confinante dos municípios de Lisboa e do Porto, se o serviço de origem ou a residência do trabalhador ser, respectivamente, no município de Lisboa e do Porto;

(3) E desde que se verifique uma das seguintes condições: (a) não implicando deslocação entre a residência e o novo local de trabalho superiores a 10% da remuneração líquida mensal, ou superiores entre a residência e o serviço de origem; (b) o tempo gasto naquelas deslocações não exceda 25% do horário de trabalho ou não ultrapasse o tempo gasto com as deslocações entre a residência e o serviço de origem.

E não é apenas em relação à transferência que ela poderia ter lugar sem o consentimento do trabalhador. Para além da transferência (n.º 4 a n.º 6 do Art.º 4.º), poderia também ter lugar a permuta forçada (n.º 2 do Art.º 5.º), a requisição e destacamento forçados (n.º 9 do Art.º 6.º) e a afectação específica forçada (n.º 6 do Art.º 8.º). E todas estas medidas que podem ser aplicadas sem o consentimento do trabalhador abrangem os trabalhadores que se encontrem na Situação de Mobilidade Geral, ou seja, aqueles que não fossem considerados excedentários ou inadequados para o serviço e vigiora enquanto a lei estiver em vigor.

## AS TRÊS FASES DA CHAMADA "SITUAÇÃO DE MOBILIDADE ESPECIAL" (SME)

Os trabalhadores considerados excedentários ou inadequados para o serviço resultantes dos processos de extinção, fusão e reestruturação de serviços, assim como os processos de racionalização de efectivos, seriam colocados na "Situação de Mobilidade Especial", que é agora o novo nome do "quadro de supranumerários". E os trabalhadores colocados na SME atravessariam três fases: (1) Transição; (2) Requalificação; (3) Compensação.

Durante a fase de "Transição" (Art.º 14.º),



que duraria apenas os dois primeiros meses, o trabalhador receberia o seu vencimento por inteiro. Nesta fase o trabalhador poderia realizar funções sem ter de fazer formação profissional.

Ao fim dos dois primeiros meses, não sendo colocado, o trabalhador passaria à fase de "Requalificação" (Art.º 15.º) que duraria 10 meses. Durante esta fase o trabalhador teria direito já a 5/6 (83%) do seu vencimento, e só no caso de ser seleccionado para reiniciar funções é que passaria a receber a remuneração mensal completa, incluindo durante o tempo de formação. Durante a fase anterior - transição - e esta fase - requalificação - ao trabalhador "é vedado o exercício de qualquer actividade profissional remunerada constituindo, a sua violação, 'infracção disciplinar grave e punível com pena de demissão'" (Art.º 20.º). Segundo este artigo, durante estas duas fases o trabalhador estaria também obrigado, sob pena de fortes sanções (redução de 25 pontos percentuais no vencimento que está a receber; redução de 10% por falta, passando à quarta falta à situação de licença sem vencimento de longa duração) a "ser opositor obrigatório aos procedimentos de selecção para reinício de funções" desde que "o procedimento seja aberto para categoria não inferior à que detinha no momento de candidatura" e desde que "se trate de entidade no município do seu anterior local de trabalho ou de residência, ou então qualquer município confinante com os municípios de Lisboa e do Porto no caso de neles residir ou de se situar o seu anterior local de trabalho".

Ao fim de 12 meses (2 meses referentes à fase de "Transição" e mais 10 meses relativos à fase de "Requalificação") o trabalhador na SME que não reiniciasse funções passaria à chamada fase de "Compensação". Durante esta fase o trabalhador "infringe uma subvenção correspondente a 4/6 (66,6%) da remuneração mensal que teria em caso de alocação na situação de mobilidade especial" (n.º 3 do Art.º 16.º). Segundo o Art.º 21.º, durante a fase de "Compensação" o trabalhador poderia "exercer qualquer actividade profissional remunerada fora das Administrações Públicas e de qualquer entidade pública" (a violação determinaria a pena de demissão da função pública). No entanto, embora pudesse exercer uma actividade profissional remunerada, ele teria de estar permanentemente disponível para participar em processos de selecção, em acções de formação, ou para reiniciar funções no

serviço público, sob pena de lhe serem aplicadas as mesmas sanções que está sujeito na fase anterior - Transição - já referidas (reduções significativas no vencimento reduzido que estava a receber ou passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração). Por outras palavras, o trabalhador poderia exercer uma actividade profissional remunerada mas ela não podia ser estável nem organizada, pois teria de estar permanentemente disponível recebendo apenas o correspondente a 66% do seu vencimento.

## REINÍCIO DE FUNÇÕES EM OUTRAS PESSOAS COLECTIVAS DE DIREITO PÚBLICO E EM INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

De acordo com os Artigos 21.º e 26.º, o trabalhador na Situação de Mobilidade Especial e nas licenciadas para requalificação, poderia ser obrigado a reiniciar funções em associações públicas ou outras pessoas colectivas de direito público sem a natureza de serviço público. Segundo o Art.º 27.º o mesmo poderia suceder em relação a Instituições Particulares de Segurança Social. Quer num caso que em outro, o Estado asseguraria 70% da remuneração auferida pelo trabalhador antes de ser colocado na SME, competindo à entidade beneficiária pagar a diferença, não entre o valor anterior e o que o trabalhador receberia se estivesse em exercício, mas sim entre o 70% e a remuneração a que o respectivo pessoal da referida entidade com idênticas funções tem direito, no caso de tal se verificar. Como os Artigos 26.º e 27.º nada dizem que o reinício de funções nessas entidades teria de respeitar a categoria profissional que detinha o trabalhador, ficaria assim aberta a porta à desvalorização profissional do trabalhador, o que não é permitido até ao direito do trabalho, e o trabalhador a ser obrigado a realizar uma actividade recebendo um valor inferior ao que receberia se estivesse em exercício. Para além disso, estes artigos não impõem qualquer limitação geográfica à deslocação do trabalhador como sucede em relação ao reinício de funções em pessoas colectivas de serviço público.

## A LICENÇA EXTRAORDINÁRIA

Para fugir à instabilidade e ao arbtrio que ficariam sujeitos, os trabalhadores na "Situação de Mobilidade Especial" que se encontrassem nas fases de requalificação ou de compensação poderiam receber uma licença extraordinária. Mas se o fizessem teriam apenas direito a 12 abonos por ano com as seguintes valores: 70% do que estavam a receber nos primeiros cinco anos; 60% nos cinco anos seguintes, e apenas 50% a partir do décimo ano. Em percentagem do vencimento que receberiam se estivessem em exercício, estas percentagens correspondem às seguintes: (1) Se o trabalhador pedisse a licença extraordinária na fase de requalificação, o valor dos 12 abonos que receberia por ano corresponderia, respectivamente, a 58%, a 49% e a 41% do que receberia se estivesse em exercício; (2) Se o trabalhador pedisse a licença extraordinária ao fim de um ano depois de ter sido colocado na SME, portanto na fase de "Compensação", o valor dos 12 abonos já correspondia, respectivamente, a 46%, a 39,6% e a 33% do que receberia se estivesse em exercício. Para fugir à instabilidade a que estaria sujeito se continuasse nas fases de "Requalificação" e "Compensação" o preço a pagar seria muito elevado, em termos de redução da remuneração.

## OS EFEITOS DA SITUAÇÃO DE MOBILIDADE ESPECIAL E DE LICENÇA EXTRAORDINÁRIA NA PENSAO DE APOSENTAÇÃO

De acordo com os Artigos 19.º e 21.º, o tempo de permanência na "Situação de Mobilidade Especial" seria considerado para efeitos de pensão de aposentação, para efeitos de descontos de quota para a CGA e de cálculo da pensão de aposentação ou de sobrevivência, a remuneração considerada seria a auferida pelo trabalhador (100% na fase de transição, 88% na fase de requalificação e 66% na fase de compensação), salvo se optar pela que auferiria na situação de exercício de funções. Portanto, os trabalhadores nas fases de requalificação e compensação, embora recebendo apenas 88% e 66% do vencimento, se não quiserem ser penalizados a nível da sua pensão, tentam de descontar como se estivessem a receber por inteiro suportando assim o acréscimo de desconto que teria de ser pago com os seus vencimentos já diminuídos.

A situação dos trabalhadores com licença extraordinária, a nível da pensão, será ainda mais grave. De acordo com o Art.º 23.º, eles poderiam "optar por descontar para a CGA que, nos termos do n.º 4 do Art.º 19.º, podia ser em relação ao abono que receberiam do Estado ou sobre a remuneração que aufeririam na situação de exercício de funções". No entanto, a "redução desses descontos depende da não existência de contribuições para o regime geral da segurança social relativamente ao mesmo tempo". E como se sabe, se um trabalhador estiver na situação de trabalhador por conta de outrem é obrigado, por lei, a descontar para o regime geral da segurança social.

É tudo isto que o Governo denomina de "solução generosa" mas que, no fundo, significaria apenas o pagamento a prestações de uma indemnização por despedimento ou por despedimento sem a mais procurado criar condições para o despedimento sem o pagamento de indemnização através da aplicação aos trabalhadores de licença de longa duração sem vencimento ou pura desvinculação.

Contrariamente ao que muitos milhares julgam estas medidas também se pretendem aplicar nas Forças Armadas, como foi confirmado perante dirigentes das várias associações profissionais de militares, em ocasiões diferentes, quer pelo Presidente do Grupo de Trabalho para a reconstituição das carreiras, quer pelo Director Geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Esta lei que o Governo pretende implementar a breve prazo insere-se no PRACE (Programa para a Reforma da Administração Central do Estado). Como projecto de lei, o resultado da implementação dos serviços serão criadas bolsas de pessoal excedentário ou supranumerário que adquirirem o pompos nome de pessoal em "Situação de Mobilidade Especial".

Se considerarmos que existem já nas Forças Armadas centenas de milhares nos quadros de supranumerários, resultado de medidas pontuais e de uma gestão de pessoal ineficaz, se considerarmos ainda que o Governo pretende encerrar e vender unidades militares, aviões, navios, em suma reduzir a estrutura das Forças Armadas, e atendendo ao facto de que o mesmo se vai fazer, a então MDN Luis Amado entregou às associações, onde por exemplo um dos projectos previa a integração dos militares no Regime Geral de Segurança Social, com direito a subsídio de desemprego, compreendemos melhor como as pessoas desta enorme puzzle se vão encaixando. ▲

## CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ANS

# Associações e Carreiras Mili

A ANS organizou uma conferência internacional subordinada ao tema "Associações e Carreiras Militares: Realidades Europeias", a qual decorreu, no dia 9 de Abril, no Auditório do CAS-Oeiras (IASFA). Estiveram presentes delegações da Bélgica, Irlanda e Espanha.

A delegação irlandesa, a mais numerosa, denotava bem todo o apoio que a associação de sargentos e praças (PDFORRA) daquele país tem dado à nossa luta pela defesa da condição militar e pelo respeito dos direitos das associações. Estiveram presentes Willie Webb, presidente, Richard Condron, vice-presidente, Simon Devereux, vice-secretário geral e Denis Granville, membro da Direcção da EUROMIL. A delegação belga, apesar de uninominal, não deixou de demonstrar o empenho que os nossos camaradas desta associação (ACMP/CGPM) sempre têm posto no apoio às nossas posições. Esteve presente o seu presidente, Emmanuel Jacob, que é igualmente membro da Direcção da EUROMIL, e actualmente candidato à presidência daquele organismo internacional. Esteve prevista a vinda de uma delegação da associação finlandesa PAALLYSTOLIITTO, mas problemas relacionados com as ligações aéreas não permitiu a sua presença.

Finalmente, e no plano internacional, esteve também presente uma delegação da AUME, uma jovem associação de militares espanhóis, maioritariamente representando militares no activo, que era constituída pelo seu secretário geral, Mariano Casado, e pelo responsável pelas Relações Internacionais, António León. Desta conferência ressaltaram as intervenções das várias delegações, que de acordo com responsáveis pela organização, se procurará compilar em brochura, brevemente, dado o seu interesse. No final dos trabalhos esteve convocada uma conferência de imprensa que os responsáveis pelo espaço (IASFA) não autorizaram que se realizasse no interior das instalações. O presidente da Direcção da ANS, Lima Coelho, proferiu declarações aos órgãos de comunicação social, na rua, no passeio frontal às instalações.

Por parte da organização, a intervenção, que se reproduz a seguir, esteve a cargo do vice-presidente José Pereira.



Representantes das delegações presentes na Conferência Internacional



José Pereira

### Associativismo e carreiras militares

Queremos em primeiro lugar agradecer a disponibilidade de todos os convidados e camaradas aqui presentes, muito em especial aos representantes das associações Irlandesa PDFORRA e Belga ACMP, que, apesar da distância que nos separa, sempre têm sabido dizer "PRESENTE", especialmente nos

momentos mais difíceis.

É também com particular alegria que assinalamos e agradecemos a presença da representação da jovem associação espanhola AUME, Associação Unificada de Militares de Espanha, a qual saudamos pela sua coragem e vontade em reforçar o movimento associativo militar espanhol, apesar de todas as dificuldades colocadas pelo poder político e militar do seu País.

Cobu-me a mim apresentar a intervenção da Associação Nacional de Sargentos, sobre a realidade portuguesa no que diz respeito ao associativismo e às carreiras militares.

E a realidade é preocupante, camaradas!

No que diz respeito ao associativismo, confrontamo-nos hoje com uma situação extremamente complicada, onde pela via da repressão, do controlo da imprensa, do uso da mentira, da prepotência e da demagogia, se pretende calar aqueles que defendem os seus direitos e das suas famílias.

Somos ouvidos aos mais variados níveis, numa simulação de diálogo para cumprimento de formalidades, mas na maioria das vezes e salvo raras excepções, o Governo bem como outras entidades oficiais, não respondem aos ofícios que enviamos, não consideram as nossas propostas, não respeitam prazos, não cumprem a Lei, e acabam por legislar a seu bel-prazer, ignorando princípios básicos da democracia, fazendo-se valer de uma maioria parlamentar obtida com base numa campanha eleitoral onde

muito do que se prometeu tarda a ser cumprido.

Este último ano foi rico em acontecimentos e assistimos de novo a situações que pensávamos todos já não voltar a assistir.

Mas também convém salientar que nem uma só vez foi posta em causa a Coesão das Forças Armadas, a sua Operacionalidade, a sua Disciplina, a sua Imagem, nunca deixou de ser cumprida uma missão, nunca foi desobediência uma ordem, nunca um Comando foi desrespeitado.

Tais factos só por si desmentem as campanhas que têm servido de pretexto para o impedimento e constrangimento do exercício dos Direitos Constitucionais de Cidadania, como por exemplo, os direitos de manifestação, de reunião em local público e o direito de expressão oral e escrita, respectivamente, aos dirigentes associativos.

Fomos alvo de processos disciplinares, punições, proibição de direitos básicos de cidadania, campanhas de desinformação da opinião pública, ameaças de alteração da Lei do associativismo, suspensas de escutas telefónicas que denunciamos na Presidência da República, acusações de deriva sindical e instrumentalização político-partidária, referenciados como detentores de altos privilégios, humilhados em alguns órgãos de comunicação social por juristas e comentadores de serviço arregimentados pelo Poder...

Fomos profundamente ofendidos... Tudo isto porque ousámos falar a ver-

# tares: Realidades Europeias

dade e tornar público o que o Governo quereria manter em segredo, legislando durante o período de férias da maioria dos Portugueses.

É fizeram-no porque tinham a consciência pesada!

Enquanto aumenta drasticamente o fosso entre os portugueses mais ricos e os mais pobres, o poder político insiste que o País atravessa uma situação de crise, como se não tivessem qualquer responsabilidade nisso e como se Portugal e Portugueses fossem duas coisas incompatíveis, ou seja, para Portugal estar bem os Portugueses têm que estar mal...

Mas estamos aqui, camaradas! Cansados é certo... mas não exaustos! Reforçados por laços de solidariedade gerados no combate lado-a-lado, estamos prontos para resistir aos ataques que se seguem, pois o Sr. Primeiro-ministro já vem alertando-nos de "o pior ainda está para vir..."

E se ele o diz... Abordando as questões das carreiras militares, nomeadamente da nossa categoria de Sargento, e entrando assim no segundo tema que aqui nos traz hoje, é com grande tristeza que continuamos a constatar que apesar das diligências efectuadas junto de todos os Órgãos de Soberania e dos Chefes Militares dos ramos, continuamos a ser alvo de situações graves e de grande degradação, como sejam:

- Acentuada desvalorização funcional e degradação profissional, agora mesmo ao nível estatutário;

- Inversão e subversão hierárquica e funcional em muitas situações da Força Aérea, havendo Sargentos mais modernos e menos graduados com cargos fun-

cionais de categoria superior à dos seus chefes hierárquicos;

- Um elevado número de ISAR com mais de 15 anos de posto, muitos dos quais acabarão por passar à reserva nesse mesmo posto, se nada for feito;

- Muitos SAJ com o curso de SChE feito há vários anos e sem perspectivas de promoção;

- SCh com vaga para SMOR com excelentes carreiras e avaliação do mérito acima da média, louvados e condecorados mas que não são promovidos por atingirem o limite de idade para passar à reserva antes de cumprirem o tempo mínimo de permanência no posto;

- Muitos SAJ e SChI, do Exército, em vias de passarem compulsivamente à reserva por via do art. 190º do EMFAR, muitos deles com cerca de 40 anos de idade e 20 anos de serviço e com médias de avaliação bastante elevadas e diversas condecorações e louvores.

- Os quadros orgânicos completamente desactualizados, revistos há mais de 12 anos, numa realidade completamente diferente da que vivemos actualmente. Neste particular cabe também dizer uma palavra acerca da atitude dos nossos chefes militares. De um modo geral pauta-se por uma política de expedientes, fugindo a exigir do poder político que tutela as FA o cumprimento da lei e a atribuição de meios humanos e materiais consentâneos com as missões atribuídas. Perante as dificuldades erguidas pela tutela, os chefes tentam encontrar saídas expeditas para aludirem os problemas, criando em todos a ilusão de fluidez nos quadros, fugindo a enfrentar e resolver as verdadeiras causas do problema: rever e adequar os quadros orgânicos e os estatutos de

modo a eliminar as inversões funcionais/hierárquicas, valorizando as funções dos militares e a sua profissão, e criando mecanismos de fluidez nos quadros;

- Progressões completamente distintas entre Ramos e mesmo dentro de cada Ramo, entre classes, especialidades, armas e serviços o que provoca muitas vezes situações em que um Sargento que chefia uma secção, sem que nenhuma culpa lhe possa ser atribuída, passa a ser chefiado por um camarada até então mais moderno, que era seu subordinado, mas que entretanto foi promovido mais cedo;

- A prática, cada vez mais instituída, de que qualquer posto pode exercer qualquer função, possibilitando que se desempenhem funções de posto superior sem o respectivo pagamento e que se desempenhem funções de posto inferior para colmatar as falhas no recrutamento de Praças decorrente do fracasso da Lei dos Incentivos do Serviço Militar.

O drama é que por detrás de cada um destes problemas existe um homem ou uma mulher. Na verdade existem milhares de homens, mulheres e crianças... famílias inteiras que diariamente sofrem na pele as dificuldades decorrentes da falta de interesse por parte das entidades responsáveis.

Estes não são problemas sem rosto!

Os Sargentos e as suas famílias sentem-no...

Este desinteresse, que roça o desprezo, por profissionais que deram, e continuam a dar, o melhor que têm em prol das Forças Armadas e do País, é ofensivo, lesivo da tranquilidade e motivação nos locais de trabalho, e favorece os riscos potenciais de quebra da disciplina e rigor, características tão caras aos militares e

aos Sargentos de Portugal.

Durante os anos de luta associativa e pré-associativa a questão das carreiras foi uma das que mais motivou a reflexão e o empenhamento dos Sargentos de Portugal e foram surgindo ideias e propostas de modelo de carreira, ao longo de dezenas de anos de debate interno e nos Encontros Nacionais de Sargentos, consensualizaram-se os seguintes **Princípios para o modelo de carreira de sargento:**

- **Caracterização e atribuição de áreas de intervenção funcional distintas e complementares, Científica e de Comando, Tecnológica e de Chefia, de Execução de base, intermédia e avançada, permitindo:**

- **Autonomização das três carreiras militares com sobreposição funcional e de vencimentos, garantindo a equidade interna nas FA e externa no seio da Administração Pública;**

- **Paralelismo de carreiras, de modo que três militares que iniciem as suas carreiras ao mesmo tempo, em condições normais, possam atingir ao mesmo tempo o topo das mesmas;**

- **Valorização da formação de base das carreiras militares, com classes autónomas adaptadas aos conteúdos funcionais e às tarefas atribuídas a cada uma, de modo a impedir qualquer tipo de subordinação retributiva;**

- **Caracterização funcional dos postos inequívoca e definição dos quadros orgânicos dos ramos de modo a evitar a possibilidade de que a uma promoção não corresponda uma alteração qualitativa de funções.**

Hoje tal como desde sempre, os Sargentos de Portugal estão interessados e disponíveis para contribuir para a revisão do modelo de carreiras e do sistema retributivo, baseados nestes princípios.

É uma caminhada que já iniciámos há dezenas de anos, para a qual concorreram centenas de Sargentos de várias gerações, permitindo uma profunda convicção de que aqueles princípios não só são os mais úteis para preservarmos a Dignidade Profissional, como são os que melhor servem as FA e por conseguinte o País.

Não abdicaremos de os alcançar, para isso continuaremos a caminhar e a lutar em todas as sedes onde tal seja necessário!

Gostariam, talvez, os camaradas presentes, que tivéssemos enveredado nesta intervenção por uma dissertação de âmbito jurídico, filosófico ou ideológico sobre o associativismo e as carreiras militares.

Entendemos antes descrever de forma simples e clara a realidade.

E a realidade é esta, camaradas!

Já passámos a fase em que éramos tratados como números...

Agora estamos a ser tratados como lixo!

Queremos ser tratados como gente, pois somos cidadãos cumpridores e honestos.

Somos gente de bem!

Exigimos respeito!

E vamos conseguí-lo! ▲



Pormenor da mesa que conduziu os trabalhos da Conferência

# Cartela e caldos de galinha....

As estatísticas fornecidas ao longo dos anos pela Organização Mundial de Saúde (O.M.S.), informam-nos que a probabilidade de uma criança morrer antes dos 5 anos de idade por mil em França ou em Cuba, mas vai além de 200 por mil na Zâmbia, no Níger ou no Mali. No período entre 1970 e 1998, a esperança de vida na África Subsaariana aumentou cerca de 4 anos (44 para 48 anos). A média nos países industrializados é de 78 anos. Em Portugal, a esperança de vida à nascença (anos 2003/2004) tem a média de 77,79 anos (homens 74,53 anos; mulheres 80,93).

A diferença dos valores apresentados entre os países/zonas geográficas tenderá para um aumento se a Humanidade ignorar o tratamento das pessoas com Sida.

Porém, verificamos que as ciências alcançaram um patamar elevado na compreensão das estruturas dos seres vivos. Particularmente a medicina conseguiu desocultar uma parte substancial dos mecanismos patogênicos. A farmacopeia está avançada, apoiando-se na investigação do mundo inteiro como nos reservatórios mundiais da biodiversidade e de práticas tradicionais.

“No entanto, a pobreza — com a sua “corte” de subnutrição, insalubridade, ignorância das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho... — não tem o exclusivo de tais desigualdades na saúde das populações, ou seja, não explica por si só os selvagens no âmbito da saúde.”

A organização da assistência médica é um aspecto fútil.

Os esforços de muitos países, para o pagamento da dívida externa, conduziu ao não investimento nos recursos dos hospitais públicos, levando os profissionais do setor da saúde a emigrar para encontrarem o trabalho que lhes é recusado nos respectivos países, apesar das evidentes necessidades. Face à incapacidade do sistema público, os estratos sociais mais favorecidos recorrem à medicina privada, que, dadas as circunstâncias atrai capitais e profissionais qualificados, o que configura um regime sanitário socialmente “polarizado”.

A privatização da assistência na doença e dos sistemas de assistência médica permitem a existência de um *apartheid* sanitário que faz pairar sobre as respectivas populações a redução da esperança de vida e com uma saúde mais debilitada. Ao recordarmos o ano 1980, quando as Nações Unidas propuseram o objetivo “A saúde para todos em 2000”, ficamos com a sensação de tempo perdido.

Encontramos sectores privados em prosperidade e de grande dimensão em alguns países em desenvolvimento. Uma grande parte da despesa com a saúde é privada e uma parte substancial dos serviços básicos de saúde nos países de rendimento baixo é feita por entidades privadas. Na Ásia e na América Latina, uma parte significativa dos hospitais e unidades de saúde são propriedade privada. Porém, cabe ao sector público assegurar muitas das medidas preventivas.

Na América Latina assistiu-se a uma grande mudança para os cuidados privados de saúde desde a abertura da gestão da saúde a empresas internacionais. Na última década do séc. XX. Diversas empresas multinacionais, passaram a fornecer seguros e serviços de saúde na região e prestaram-se a tornar responsáveis administrativas em instituições públicas de saúde e garantir o acesso a fundos de segurança social para cuida-

dos médicos. Estas companhias investem através da aquisição de companhias instaladas que vendem seguros ou planos de saúde aos seus pagãos; da associação a outras companhias em joint-ventures de acordos para gerar a segurança social e as instituições públicas de saúde.

Actualmente, aproximadamente 60% da população latino americana recebe proveitos em dinheiro e serviços de cuidados de saúde pagos por fundos de segurança social. Os interesses das empresas multinacionais em fundos de segurança social estão mais vivazes na Argentina e no Chile e a avolumarem-se no Brasil e no Equador.

Em Portugal, a Constituição da República integra nos tarefas fundamentais do Estado, a promoção do bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses. Toda a população deve ter acesso a serviços básicos de saúde.

O sector privado pode ajudar a satisfazer as necessidades neste âmbito. No entanto, face à realidade mundial (o qual o nosso País não é alheio), torna-se pertinente uma questão: A equidade no acesso aos serviços de saúde é ignorada?

## O sistema de dois níveis coloca a nu a discriminação social

Tomando como exemplo a América Latina, podemos dizer que neste espaço do continente americano, se dependeu durante muito tempo dos dinheiros públicos de segurança social para a prestação de serviços de saúde. Esta situação sofreu alterações na última década, através da entrada de firmas estrangeiras de seguros de saúde. O resultado não se fez esperar. Verifica-se a utilização de mais dinheiro em custos administrativos mais elevados e o retorno é para os investidores, privando o acesso a estratos mais vulneráveis e diminuindo as despesas com serviços clínicos.

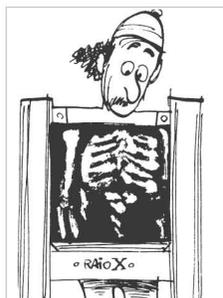
No Chile, no final do séc. XX, uma parte considerável das pessoas sujeitas a cuidados prestados pelo sector privado optam pelos serviços públicos, apontando como razão o valor das comparticipações exigidas pelos serviços privados.

Na Argentina, os hospitais públicos que ficaram fora dos cuidados de saúde geridos por privados enfrentam um afluxo de pacientes cobertos pelos fundos privatizados de segurança social. Esses utentes tiveram que recorrer aos hospitais públicos porque não têm créditos para as respectivas comparticipações, ou porque os profissionais privados se recusam a atendê-los (devido à falta de pagamento pelos fundos de segurança social).

Destes cenários resulta que as organizações privadas de cuidados de saúde atraem pessoas mais saudáveis e com mais rendimentos (e eventualmente pessoas mais novas), remetendo os estratos mais debilitados e dependentes socialmente, e mais debilitados em termos sanitários para o sector público.

O sistema de dois níveis coloca a nu a discriminação social (polarizada) num direito fundamental das populações.

Em Portugal, temos assistido a vagas sucessivas de opções (privatizadoras) desta matéria (saúde; segurança social), que apontam no sentido da privatização dos respectivos serviços. É curioso que dificilmente ouvimos alguém defender a **democratização** (e não a privatização/selecção) da segurança social e do sector da saúde.



A Constituição da República consagra a segurança social e solidariedade (art.º 63º) e a Saúde (art.º 64º) nos Direitos e Deveres Sociais (CAPÍTULO II).

A segurança social e solidariedade são incumbências do Estado, com a participação das respectivas organizações representativas dos trabalhadores e/ou demais beneficiários. Este sistema de segurança social tem que proteger os cidadãos (todos os cidadãos) na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

No tocante à Saúde, todos (os responsáveis políticos e os outros cidadãos) têm direito à protecção da saúde e a dever de a defender e promover. O exercício deste direito (Direito à Saúde) é realizado através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral, tendencialmente gratuito e passa pela protecção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho. Neste capítulo o Estado está incumbido de garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação; da mesma forma, o Estado terá de garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o País em recursos humanos e unidades de saúde.

Na mesma senda, ao Estado acomete a função de disciplinar e fiscalizar as formas empresariais e privadas da medicina, articulando-as com o serviço nacional de saúde, com o objetivo de assegurar, nas instituições de saúde públicas e privadas, adequados padrões de eficiência e de qualidade.

A realidade actual está a evidenciar entendimentos diferenciados sobre as políticas e as práticas dos Direitos e deveres sociais estabelecidos constitucionalmente.

Parece transparecer a vontade (necessidade) de privatizar a segurança social e a saúde.

Os exemplos extraídos de outros países, como foi assinalado, aconselham prudência. Contudo, não será necessário o recurso a tais exemplos. Quem quiser pode colher ensinamentos intramuros. A propalada referência modular ao sector privado no âmbito da saúde não goza dos melhores fundamentos no Errogo País.

As supostas vantagens da privatização da saúde podem ser lusórias, com prováveis inconclusivas da eficiência e dos padrões de qualidade do sector privado, em relação ao sector público.

Em Portugal, os hospitais com gestão em EPE (entidades públicas empresariais) registaram um agravamento de 30% no défice no primeiro trimestre (ano 2006), ao contrário dos hospitais SPA (Sector Público Administrativo). O jornal Diário Económico refere que: “Os *problemas dos hospitais EPE diminuíam ligeiramente, o consumo de medicamentos dispunha 12,4%*,

os custos com pessoal subiram quase 7%, os Fornecimentos e Serviços Externos pioraram em 11,2% e o resultado líquido negativo do primeiro trimestre agravou-se em quase 30%”.

Reveste-se de enorme importância uma forte intervenção da(s) entidade(s) reguladora(s). Pode-se correr o risco de um excesso de tratamento nos cuidados de saúde, ou poderemos ser confrontados com um maior número de cesarianas (vulgarização desta prática?) entre as utentes do “privado”, porque é um procedimento mais lucrativo do que os partos normais (vaginais), como acontece no Brasil, ou, correr-se o risco (potencial) de encaminhamentos e testes desnecessários, como se constata em Bombaim (Índia), em que mais de metade dos gastos de saúde e aproximadamente 75% da despesa com os internados vai para medicamentos e taxas de consulta.

Em conclusão: este artigo releva da visão que o autor tem sobre o assunto em exposição. Certamente, deixa a nu bastante mais ignorância do que conhecimento. Porém, as lacunas patentes obrigam-se principalmente na falta de esclarecimento sobre o que vai acontecer à assistência na doença aos militares e seus familiares, isto é: qual o modelo a seguir e porquê?

Provavelmente, o autor não está isolado nesta “incerteza do futuro”. O texto, espera-se, pode contribuir para alguma discussão, contribuindo esta para atenuar o desconhecimento que paira sobre um assunto de importância para a profissão militar.

autor?

- (1) Indicadores calculados com base nas estimativas alteradas para os resultados definitivos para os Censos 2001. Fonte: INE - Principais estatísticas gerais - População - Principais Indicadores Demográficos (atualizado em 22/09/2005)
- (2) Edição de 16 de Maio de 2006.

## BIBLIOGRAFIA

- Conferência Internacional sobre a Sida de Barcelona: [www.unaids.org](http://www.unaids.org)  
Diário Económico (on line), 11.Maio.2006  
Drize, Jean, and Amartya Sen (1995), India: Economic Development and Social Opportunity. Oxford: Oxford University Press.  
Drize, Jean, and Amartya Sen (2002), India: Development and Participation. Oxford: Oxford University Press.  
Instituto Nacional de Estatística (INE), Indicadores estatísticos gerais - População - Principais Indicadores Demográficos (atualizado em 22/09/2005)  
Leipzig, Darryl, and Vivien Foster (2003), *The Privatization of Health Care*, International Finance Corporation, Washington, Melhoria, Santos, and Enrique Delamónica, Public Spending for the Poor: Basic Services to Enhance Capabilities and Promote Growth, Oxford: Oxford University Press  
Médicos sem fronteiras (MSF) [www.msfn.org](http://www.msfn.org)  
Migrantes contra a sida <http://www.who.int/emergencies/dossiers/goutre>  
Organização Mundial de Saúde (OMS): [www.who.int](http://www.who.int)  
Saúde e propriedade intelectual: [www.who.org/ipy/health](http://www.who.org/ipy/health)  
Treatment Action Campaign: [www.tac.org.za](http://www.tac.org.za)  
Watkins, Kevin (2000), The Oxfam Education Report, Oxford: Oxfam  
<http://www.oxfam.org.uk/education/news/edreport/edreport.htm>  
World Bank (2002b), “Private Sector Development Strategy: Directions for the World Bank Group”, Washington, DC: [http://www.worldbank.org/docs/documents/PSDStrategy\\_April%209.pdf](http://www.worldbank.org/docs/documents/PSDStrategy_April%209.pdf)  
<http://www.who.int/bulletin/pdf/2002/bul-74-5-2002/807581-584.pdf> ▲

# Não há democracia sem sindicalismo!

**N**ão há democracia sem sindicalismo! Esta afirmação seria uma banalidade em todos os sistemas democráticos, mas parece que há certos sectores em que esta verdade não é de aplicação.

Portugal é um país democrático desde o 25 de abril 1974 e aqueles que permitiram este facto, quer dizer os militares, não têm um sindicato. Isto é para nós incongruente, é mesmo escandaloso.

A democracia é para todos sem excepções. Não pode haver nem cidadãos acima das leis, nem cidadãos a quem se retire direitos fundamentais como é o direito de livre associação e o da existência de sindicatos.

A instituição militar evoluiu, já não vivemos no sistema de serviço militar obrigatório. Os militares hoje são sob contrato e isso traz obviamente modificações profundas. Todos os militares são trabalhadores com um contrato de trabalho, são funcionários públicos, com um estatuto específico, mas isso não pode nem deve ser uma razão para lhes retirar o direito constitucional que é a possibilidade de serem protegidos por uma organização sindical.

Se o sindicalismo militar poderá parecer a alguns, algo de pernicioso para a instituição militar, sobretudo para aqueles que ainda não assimilaram o que é a vivência democrática, algo que irá pôr em causa a autoridade do comando, é preciso saber viver com o seu tempo, é preciso ser-se capaz de se modernizar. Não é só do ponto de vista técnico que é necessário modernizar o país, também é preciso fazer evoluir as estruturas no sentido de mais democracia. Existe também um défice democrático que será interessante, talvez mesmo urgente, começar a recuperar.

O sindicalismo militar existe nalgumas democracias europeias, a saber na Finlândia, na Holanda e na Bélgica. As Forças Armadas destes países, velhas democracias da Europa, são competentes, profissionais e prestigiosas.

Por exemplo sócio-profissionais, associações que existiam desde da Segunda Guerra Mundial, quer dizer a partir dos anos cinquenta.

Em 1974 e 1975, devido à pressão que resultou das manifestações de rua, de ocupações do gabinete do Ministro da Defesa e outras ações, os militares belgas obtiveram o direito de serem repre-



sentados pelas organizações sindicais que criaram secções específicas, ao abrigo dum lei que data de 1978. Essa lei evoluiu e atingiu a sua inteira aplicação em 1996. Foi uma luta social longa e ela que é exemplar, tanto mais que a digna inovadora.

O Poder Político compreendeu que o sindicalismo mesmo no seio das Forças Armadas é um factor de progresso social e uma garantia de coesão e de estabilidade.

E a hierarquia militar, apesar de por vezes levantar obstáculos, acabou por jogar o jogo e adaptar-se à nova situação. O comando sabe que os delegados sindicais estão lá para defender os interesses dos soldados, sargentos e oficiais, que é necessário dialogar com eles e que ao fim e ao cabo todos saem dignificados. Evitam-se assim conflitos inúteis e os problemas são tratados no seio da instituição no interesse de todos.

Os delegados sindicais são homens e mulheres das diferentes patentes, com uma formação específica dada pela organização sindical e que fazem parte do

effectivo nas diferentes casernas. O delegado com maior patente é um coronel.

Os permanentes sindicais são também militares do efectivo mas destacados das unidades. Não podem usar fardas durante o mandato. São os permanentes que tratam com o Estado Maior dos problemas que não encontraram uma solução ao nível dos comandantes das unidades, ou com o Poder Político para os assuntos gerais de política social e legislativa relativa aos funcionários da Defesa, pois estas organizações ocupam-se de todo o pessoal, seja civil ou militar, que trabalham na instituição militar.

Ha reuniões a nível das unidades para resolver os problemas locais, com os delegados das diferentes organizações sindicais e o comando, e reuniões a nível nacional com os permanentes sindicais, o Estado Maior e o Governo.

Na Bélgica existem quatro organizações sindicais militares com representação oficial.

Se damos todos estes detalhes, é no intuito de provar que o sindicalismo militar não é uma utopia, que ele existe e

funciona bem. É mesmo um factor de progresso, e a bom preço (informação para aqueles que só pensam nos custos económicos).

Será que os políticos portugueses têm a coragem de fazer avançar na democratização, permitindo o sindicalismo a todos os cidadãos?

Não é muito difícil, não é um esforço desmoldado de transformar as actuais associações sócio-profissionais militares em sindicatos. Podem sempre inspirar-se no exemplo das democracias mais avançadas.

Estamos convictos que a hierarquia militar portuguesa é tão capaz como a de outras democracias, que tem a capacidade intelectual para se adaptar a uma situação nova.

O sindicalismo militar não mete em causa nem autoridade nem a disciplina necessária da instituição militar, a autoridade não é atingida nem diminuída, bem pelo o contrário pois ela é reforçada pela legitimidade democrática. Apenas o autoritarismo no facinho com todas as suas consequências negativas será prejudicial e perderá assim uma grande parte dos seus efeitos nefastos.

Governar é saber prever, é ser capaz de resolver problemas. Não será mais eficaz, antes que os conflitos se agravem, tomar medidas, no mesmo quando é preciso romper certas inércias reaccionárias?

Um conflito que se evita pelo diálogo e em que todos ganham, é sempre rentável. É isso um governo forte e responsável pois ele governa com a participação da população.

São os fracos e os inaptos que tentam partir em força, que impõem as decisões sem diálogo prévio. Perdem sempre mais do que ganham. E em democracia acabam sempre por perder o poder de que tanto gostam.

**Manuel Otero**

PS. Antes de termos redigido estas linhas tivemos a oportunidade de visitar a sede de um dos sindicatos militares belgas a SLFP-Synfic, onde fomos calorosamente recebidos. Aqui firmo os nossos agradecimentos.

Também se declararam disponíveis para receber toda a delegação sócio-profissional militar portuguesa ou mesmo uma delegação do Estado Maior que esteja interessada em se informar sobre o seu funcionamento. E porque não? Uma informação não engaja em nada! **A**

## Pressões inaceitáveis na manutenção dos P-3 Orion

**D**iz o ditado que "O que nasce torto, tarde ou nunca se endireita" o que é bem verdade no caso da frota de aeronaves P-3 Orion da Esquadra 601, sedada na Base Aérea Nº 6, Montijo.

Todos os que contactaram com esta unidade aérea desde a sua introdução na Força Aérea em 1986 podem confirmar que o pessoal de manutenção desta frota sempre se confrontou com grandes dificuldades ao nível das condições de trabalho, planos de formação, falta de material, instalações degradadas, vestiários desadequados e exíguos e até, durante muito tempo, falta de água potável nas canalizações.

A todas estas faltas da organização, e a outras que saem fora do âmbito deste artigo, souberam sempre os militares



desta manutenção dar resposta com grande profissionalismo e sacrifício, seu e das suas famílias, para que a missão se cumprisse da melhor forma possível, atendendo aos meios que lhes eram disponibilizados.

Todos esperariam que agora, com a chegada das novas aeronaves adquiridas à Holanda, seria uma oportunidade para reorganizar os meios e corrigir os problemas com que durante anos se debateram, mas infelizmente não parece

ser esse o espírito.

Seria de esperar que, uma vez que as aeronaves holandesas são de uma série diferente das existentes em Portugal, fossem ministrados aos militares da manutenção os cursos e formação teórica e prática necessários à sua qualificação nesta nova aeronave, como exigem de resto os Procedimentos de Qualidade na Manutenção (PQM) criados pela própria Força Aérea.

Assim não aconteceu, pois apenas alguns técnicos tiveram uma formação básica nos Estados Unidos, pouco abrangente e manifestamente insuficiente de acordo com as informações que conseguimos obter e isto apesar de todos os alertas dos nossos camaradas para que tal não acontecesse, alertas esses sucessivamente ignorados pelas entidades competentes...

Acontece que agora que as aeronaves já cá estão, é necessário que se procedam à realização das inspeções periódicas

de acordo com os planos de manutenção, também estes diferentes dos que existiam para os aviões mais antigos.

O que é inaceitável é que aqueles que não providenciaram para que o pessoal tivesse a formação necessária para fazerem o seu trabalho com a qualidade e segurança exigíveis, venham agora exercer pressões sobre os mecânicos e inspectores para que com a sua assinatura certifiquem e validem os trabalhos em sistemas das aeronaves sobre os quais não se sentem à vontade para trabalhar, assumindo as responsabilidades sobre esses mesmos trabalhos.

Esta é uma situação de coacção absolutamente inaceitável e ética e moralmente reproável que esperamos que cesse imediatamente e que tão depressa quanto possível seja ministrada a formação necessária aos militares em causa.

Quanto a nós, são situações destas que colocam em causa a coesão e a disciplina... **A**

## Uma Vergonha!

Especialistas ingleses e norte-americanos estudaram comparativamente o esforço das Nações envolvidas em vários conflitos em simultâneo, principalmente no que respeita à gestão desses mesmos conflitos, nos campos da logística geral, do pessoal, das economias que os suportam e dos resultados obtidos.

Assim, chegaram à conclusão que em todo o Mundo só havia dois países que mantiveram três teatros de operações em simultâneo: a poderosa Grã-Bretanha, com frentes na Malásia (a 9300Kms de 1948 a 1960), no Quênia (a 5700Kms de 1952 a 1956) e em Chipre (a 3000Kms de 1954 a 1959), e o pequenino Portugal, com frentes na Guiné (a 3400Kms), Angola (a 7300Kms) e Moçambique (a 10300Kms) de 1961 a 1974 (13 anos seguidos). Estes especialistas chegaram à conclusão que Portugal, dadas as premissas económicas, as dificuldades logísticas para abastecer as três frentes, bem como a sua distância, a vastidão dos territórios em causa e a enormidade das suas fronteiras, foi aquele que melhores resultados obteve.

Consideraram por último, que as performances obtidas por Portugal, se devem sobretudo à capacidade de adaptação e sofrimento dos seus recursos humanos, e à sobrecarga que foi possível exigir a um grupo reduzido de quadros dos três Ramos das Forças Armadas, comissão atrás de comissão, em intervalos exíguos de recuperação física e psicológica.

Isto são observadores internacionais a afirmá-lo.

Conheci em Lisboa oficiais americanos com duas comissões no Vietnam. Só que ambos com três meses em cada comissão, intervalados por períodos de descanso de outros três meses no Hawaii.

Todos os que serviram a Pátria e principalmente as gerações de Oficiais, Sargentos e Praças dos três Ramos das Forças Armadas que serviram durante 13 anos na Guerra do Ultramar, nos três teatros de operações, só pelo facto de aguentarem este esforço sobrehumano que se reflecte necessariamente em debilidades de saúde precoces, mazelas para toda a vida, invalidez total ou parcial, e morte, tudo ao serviço da Pátria, merecem o reconhecimento da Nação, que jamais lhes foi dado.

Em todo o Mundo civilizado, e não só, em países ricos, cidadãos protagonistas dos grandes conflitos e catástrofes com eles relacionados, vencedores ou vencidos, receberam e recebem por parte dos seus Governos, tratamentos diferenciados do comum dos cidadãos, sobretudo nos capítulos de assistência na doença, na educação, na velhice, e na morte, como preito de homenagem da Nação àqueles que lutaram pela Pátria, com exposição da própria vida.

Todos os que vestiram a farda da Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Itália e Japão têm sido assim tratados. Idem para a Polónia e Europa de Leste, bem como para os Brasileiros que constituíram o Corpo Expedicionário destacado na Europa. Idem para os Malaio, Australianos, Filipinos, Neozelandeses e soldados profissionais indianos.

Nos EUA a sua poderosíssima "Veterans War" não depende de nenhum Secretário de Estado, nem do Congresso, depende directamente do Presidente dos EUA, com quem despacha quinzenalmente. Esta prerrogativa referendada por toda uma Nação, permite que todos



aqueles que deram a vida pela Pátria repousem em cemitérios espalhados por todo o Mundo, numa grandiosidade, beleza e arranjo ímpares, ou todos aqueles que a serviram, tenham assistência médica e medicamentosa para eles e família, condições especiais de acesso às Universidades, bolsas de estudo, e outros benefícios sociais durante toda a vida.

Esta excepção que o povo americano concedeu a este tipo de cidadãos é motivo de orgulho de todos os americanos.

O tratamento privilegiado que todo o Mundo concedeu aos cidadãos que serviram a Pátria em combates onde a mesma esteve representada, é sufragado por leis normalmente votadas por unanimidade.

Também os civis que ficaram sujeitos aos bombardeamentos, quer em Inglaterra, quer em Dresden, quer em Hiroshima e Nagasaki, têm tratamento diferenciado.

Conheço de perto o Irão. Até o Irão dá tratamento autónomo e específico aos cidadãos que combateram na recente guerra Irão-Iraque, onde morreram um milhão de iranianos.

Até países da África terceiro-mundista e subdesenvolvida, como o Quênia, atribuiu aos ex-Maus-Maus, esquemas de protecção social diferentes dos outros cidadãos.

Em todo o Mundo, menos em Portugal.

**...a pouco e pouco, foi-se retirando a dignidade devida aos que combateram pela Pátria, abandonando os seus "migalhas" que ainda tinham diferentes do comum dos cidadãos, a assistência médica e medicamentosa...**

No meu País, os Talhões dos Combatentes dos vários cemitérios, estão abandonados, as centenas de cemitérios espalhados pela Guiné, Angola, Moçambique, Índia e Timor, abandonados estão, quando não, profanados. É simplesmente confrangedor ver o estado de de-

gradação onde se chegou. Parece que a única coisa que está apresentável é o monumento do Bom Sucesso-Torre de Belém, possivelmente porque está à vista e porque é limpo uma vez por ano para a cerimónia pública que lá se realiza. Até grande parte dos monumentos municipais aos Mortos da Guerra do Ultramar vão ficando abandonados.

No meu País, a pouco e pouco, foi-se retirando a dignidade devida aos que combateram pela Pátria, abandonando os seus mortos, e retirando as poucas "migalhas" que ainda tinham diferentes do comum dos cidadãos, a assistência médica e medicamentosa, para ele e cónjuge, alinhando-os "devidamente" por baixo.

**Até nisto conseguimos ser diferentes de todos os outros.**

No meu País, os políticos confundem dum modo ignorante ou acintoso, militares com polícias e funcionários públicos (sem desmpear para as profissões de polícias e funcionários públicos, bem entendido).

Por ignorância ou levandade os políticos permanentemente esquecem que o estatuto dos militares não lhes permite, nem o direito de manifestação, nem de associação sindical, além de ser o único que obriga o cidadão a dar a vida pela Pátria.

Até na 1.ª República, onde grassava a indisciplina generalizada, a falta de autoridade, o parlamentarismo balofo, as permanentes dificuldades financeiras e as constantes crises económicas, não foram esquecidos todos aqueles que foram mandados combater pela Pátria na 1.ª Guerra Mundial (1914-18), decisão política muito difícil, mas patriótica, pois tinha a ver com a defesa estratégica das posses dos ultramarinos.

Foram escassos dezotto meses o tempo que durou a Guerra para os portugueses, mas todos aqueles que foram mobilizados, e honraram Portugal, tiveram medidas de apoio social suplementares diferentes de todos os outros cidadãos portugueses, além dum tratamento ímpar por todo o Governo da Nação em ambiente de Grande Festividades Nacional.

Naquela altura os políticos portugueses dignificaram a sua função e daqueles que combateram pela Pátria.

Foram criados Talhões de Combatentes em vários cemitérios públicos, à custa e manutenção do Estado, foram cons-

truídos monumentos grandiosos em memória dos que deram a vida pela Pátria, foi concebido um Panteão Nacional para o Soldado Desconhecido na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha com Guarda de Honra permanente, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, foram criadas pensões especiais para os mutilados, doentes e gaseados, foram criadas condições especiais de assistência médica e medicamentosa para os militares e famílias nos Hospitais Militares, numa altura em que ainda não havia assistência social generalizada como há hoje, foi criado um Lar específico para acolher a terceira idade destes militares em Runa (é importante relembrar que em 1918 se decidiu receber e tratar os jovens, com vinte anos em 1918, quando estes tivessem idade de 65 anos), e por último foi criada a Liga dos Combatentes que de certo modo corporizou todos os estudos especiais aos combatentes, diferente de todos os outros cidadãos, e era o seu porta-voz junto das instâncias governamentais (uma espécie de "Veterans War" à portuguesa).

Foi toda uma Nação, com políticos à frente, que deu tudo o que tinha àqueles que combateram pela Pátria, apesar da situação económica desesperada e de quase bancarrota.

Na altura seguimos naturalmente o exemplo das demais nações.

Agora somos os únicos que não seguimos os exemplos de todos os Estados de tratamento diferenciado aos que serviram a Pátria em combate.

**É simplesmente uma vergonha!**

Haveria muito mais para dizer para chamar a atenção deste Ministro da Defesa, e deste Primeiro-Ministro, ambos possivelmente com carências de referências desta índole nos meios onde se costumam movimentar, sobretudo no que respeita à comparação dos vencimentos, regalias e mordomias dos que exuseram ou deram a vida pela Pátria e aqueles, que antes pelo contrário, sempre fugiram à essa obrigação.

**Vitor Santos**

Coronel Reformado

4 Comissões de Serviço no Ultramar 10 anos de Trópicos

Deficiente das Forças Armadas por doença adquirida e agravada na Campanha Quase 70 anos de idade

Sem acumulação de cargos Sem Seguro de Saúde pago pelo Estado ou EP

Sem direito a Subsídio de Reinscrição Sem cartão de crédito douorado sem limite de despesas a expensas do Estado

Sem filhos empregados no Estado por conhecimentos pessoais Sem o direito a reformas precoces de deputado ou autarca

Sem reformas precoces e escandalosas estilo Banco de Portugal ou CGD Sem contratos que prevêem indemnizações chorradas

Sem direito a ficar com os carros de borla e que o Estado pagou em Leasing

Sem fazer contratos de avencas chorradas como os que se fazem com gabinetes de Advogados e Economistas

Sem Pensão de Reforma acima do ordenado do Presidente da República Com Filhos Desempregados

*N.R. Este texto chegou à nossa redacção antes das mudanças operadas no Governo pela saída do ex-Ministro Freitas do Amaral. ■*

## Actividade ASSOCIATIVA

Depois de alguns meses sem produção de qualquer número do nosso jornal, fruto não só de intensa actividade associativa motivada pelos ataques inqualificáveis feitos pelos governantes portugueses à Condição Militar, mas também de uma profunda e necessária organização interna da nossa associação, elencamos seguidamente alguns dos eventos que têm exigido a nossa participação e empenho. Esta descrição corre sempre o risco de pecar por falta pois muitas das actividades em que empenhamos os dirigentes e delegados associativos têm participação podem não estar aqui enumeradas. Contudo pretendemos mesmo assim deixar aos nossos leitores uma ideia do que tem sido a actividade e empenhamento daqueles que, generosamente, assumiram dar voz aos Sargentos de Portugal.

09MAR – Reunião de Sargentos no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Samouco. ANS representada por Lima Coelho, David Pereira, José Pereira, Ernesto Martinho e Paulo Leonardo;

13MAR – Audiência concedida pelo CIMA, Delegação da ANS composta por Lima Coelho, David Pereira, António Dias e Samuel Reis;

14MAR – Reunião de Sargentos no Encontro. ANS representada por David Pereira, Ernesto Martinho e Álvaro Martins;

15MAR – Jornada Nacional de Reflexão à hora do almoço.

– Reunião de Sargentos em Lisboa. ANS representada por Lima Coelho, David Pereira, José Pereira e Ernesto Martinho;

16MAR – Reunião do Grupo de Trabalho da ADM;

19MAR – Cerimónias de Aniversário da Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, em Braga. ANS representada por Lima Coelho;

23MAR – Reunião entre as direcções das ANS, AOFA e APA;

27MAR – Cerimónia de Tomada de Posse do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional. ANS representada por Lima Coelho;

28MAR – Audiência com Almirante CEMGFA. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, Ernesto Martinho, António Dias e Paulo Leonardo;

01ABR – Reunião de Sargentos na Reserva e Reforma, no Alto do Seixalinho, Barreiro. ANS representada por Lima Coelho, Álvaro Martins e Horta;

03ABR – Cerimónia comemorativa e evocativa dos 30 anos da CRP, no Teatro Incriveíl Almadaense, com o contributo e participação das associações de militares ANS, AOFA e APA;

04ABR – Assembleia-geral de apresentação de contas e plano e orçamento para o biênio, na sede da ANS.

– Jantar "fútil" sobre "A Saúde Militar", organizado pela AOFA, na Messe de Oficiais, em Monsanto. ANS representada por Lima Coelho;

05ABR – Reunião de Sargentos na Reserva e Reforma, no CSA, em Lisboa. ANS representada por David Pereira e Álvaro Martins;

06ABR – Reunião de Sargentos na Reserva e Reforma, no Centro Cultural do Entroncamento. ANS representada por Lima Coelho, David Pereira, Ernesto Martinho, Álvaro Martins e Ciro Martins;

08ABR – Cerimónia do "Dia do Combatente" e Romagem ao Túmulo do Soldado Desconhecido, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por Ricardo Castanheira;

09ABR – Conferência Internacional organizada pela ANS, e realizada no IASFA-OEIRAS;

10ABR – Reunião de Sargentos na Reserva e Reforma, na Junta de Freguesia da Amieira do Seixal. ANS representada por Lima Coelho, Álvaro Martins, Raimundo e Lourenço;

11 e 12ABR – Seminário no IDN subordinado ao tema "Os Jovens e a Defesa". ANS representada por Lima Coelho, David Pereira e Dinis Fonseca;

12ABR – Reunião da Comissão de Mili-

tares na Reserva e Reforma, na sede da ANS;

18ABR – Audiência concedida pelo Secretário-Geral do MDN e Presidente do GT/ADM. Delegação da ANS, constituída por Lima Coelho, José Pereira e Luís Bugalhão;

19ABR – Encontro de Militares na Reserva e Reforma, em Lisboa, na Casa do Alentejo. Pela ANS: Lima Coelho e Álvaro Martins, pela APA: Luís Reis e Luís Pina, pela Comissão Ciro Martins e Raimundo Pereira;

20ABR – Reunião de trabalho do GT/ADM;

– Conferência de Imprensa pela CPDCM, na sede da ANS;

21ABR – Reunião, na sede da AOFA, da Comissão de Inquérito criada pelas quatro associações;

22ABR – Almoço comemorativo do 32.º aniversário do 25 de Abril na delegação do CSA, no Feijó. ANS representada por Lima Coelho e Álvaro Martins;

23ABR – Almoço comemorativo do 32.º aniversário do 25 de Abril organizado pela Junta de Freguesia do Vale da Amoreira. ANS representada por Lima Coelho;

– Almoço comemorativo do 32.º aniversário do 25 de Abril no Clube de Praças da Armada. ANS representada por António Dias;

25ABR – Participação conjunta da ANS, AOFA e APA no Desfile Comemorativo do 32.º aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

27ABR – Reunião da Comissão de Militares na Reserva e Reforma, na sede da ANS;

28ABR – Reunião, na sede da AOFA, da Comissão de Inquérito criada pelas quatro associações;

03MAI – Reunião dos presidentes das ANS, AOFA e APA com o Almirante CEMGFA;

– Reunião de Sargentos em Beja, na Biblioteca José Saramago. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, José Pereira e Ernesto Martinho;

04MAI – Entrega de reforço de assinaturas de apoio à petição de militares no gabinete do Presidente da Assembleia da República, feita por delegações das ASMR, ANS, AOFA e APA;

– Entrega na Presidência da República e na Residência do Primeiro-ministro de cópias da Moção aprovada no Encontro de 19 de Abril. Delegação composta por Lima Coelho (ANS), Luís Reis (APA) e Álvaro Martins (Comissão MRR);

05MAI – Audiência com o General Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, José Pereira, Luís Bugalhão e Ernesto Martinho;

– Conferência de Imprensa e Porto de Honra no "Martinho da Arcada", em Lisboa, para apresentação pública da "Comissão de Inquérito ao Incumprimento das Leis", organizada pelas associações militares (ASMR, ANS, AOFA e APA);

– Cerimónia do 22.º aniversário da Delegação n.º1 do CSA, no Feijó. ANS representada por Lima Coelho;

06MAI – I Grande Encontro de Coros, organizado pelo CSA, em Almada. ANS representada por Álvaro Martins;

08MAI – Conferência de Imprensa conjunta ANS, APA e CMRR, na sede da ANS tendo em vista a Vigília de 11 de Maio;

– Reunião da Comissão de Militares na Reserva e Reforma, na sede da ANS;

09 a 12MAI - 93.º Presidium da Euromil na Grécia, Atenas; ANS representada por Lima Coelho;

11MAI – Vigília Nacional. Em Lisboa, decorreu junto à Residência Oficial do Primeiro-ministro;

– Reunião de Militares no Activo em Lisboa, no Mercado da Ribeira;

17MAI – Cerimónia do 32.º aniversário da ADEFA. ANS representada por Lima Coelho;

– Reunião da Comissão de Militares na Reserva e Reforma, na sede da ANS;

18MAI – Lançamento do Livro do Almirante Nobre de Carvalho, na Liga de Com-

batentes. ANS representada por Lima Coelho;

22MAI – Reunião, na sede da AOFA, da Comissão de Inquérito criada pelas quatro associações;

24MAI – Reunião entre as direcções das ANS, AOFA e APA, na sede da APA;

25MAI – Reunião de trabalho do GT/ADM;

30MAI – Reunião de Militares conjunta ANS e APA, em Lisboa, no Mercado da Ribeira;

01JUN – Reunião dos presidentes das ANS, AOFA e APA com o Presidente do GT/Carreiras no IESM, em Lisboa;

– Reunião entre as direcções das ANS, AOFA e APA, na sede da AOFA;

06JUN – Entrega na Presidência da República e na Residência do Primeiro-ministro de cópias da Moção aprovada no Encontro de 11 de Maio. Delegação composta por Lima Coelho (ANS) e Luís Reis (APA);

– Reunião de Sargentos na Reserva e Reforma, na Vila Chã, Barreiro. ANS representada por Lima Coelho e Álvaro Martins;

07JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por Lima Coelho, José Pereira e António Dias;

08JUN – Reunião de trabalho do GT/ADM;

– Porto de Honra na sede social, comemorativo do 17.º aniversário da ANS;

09JUN – Presença de uma delegação da ANS e das outras associações nas galerias da AR durante a discussão da petição entregue pelas associações militares. Seguim-

os uma conferência de imprensa conjunta nas escadarias da AR e uma reunião das direcções das associações;

19 a 22JUN – Reunião da Direcção da Euromil e Seminário na Polónia, Varsóvia. ANS representada por Lima Coelho;

20JUN – Reunião de trabalho do GT/ADM;

26JUN – Reunião de trabalho do GT/ADM;

27JUN – Reunião entre as direcções das ASMR, ANS, AOFA e APA, na delegação da ASMR;

29JUN – Almoço na Messe de Sargentos de Lisboa, a convite do novo gerente. ANS representada por Lima Coelho, Rui Esteves e Mário Pereira;

– Reunião de Sargentos no Entroncamento. ANS representada por Lima Coelho, Ernesto Martinho, Samuel Reis, Ciro Martins e Mário Pereira;

– Reunião conjunta (ANS e APA) na Delegação n.º1 do CSA, no Feijó; ANS representada por David Pereira e Luís Bugalhão. APA representada por Luís Reis e Paulo Galvão;

10JUL – Reunião entre as direcções das ASMR, ANS, AOFA e APA, na delegação da ASMR;

– Por altura da publicação desta edição de "O Sargento" já se terá realizado o Encontro de Militares previsto para o dia 12 de Julho de 2006, no pavilhão do Belenenses, em Lisboa. Deste evento e de outros que entretanto se preparam daremos conhecimento mais detalhado no próximo número de "O Sargento". ▲

## EUROMIL

## ANS presente no 93.º Presidium

O 93.º Presidium da Euromil – Presidium da Primavera de 2006 – teve lugar na Grécia, entre os dias 10 e 12 de Maio de 2006. A ETAL e a SAS – Associações gregas de oficiais na reserva e reforma, foram as associações anfitriãs. As reuniões de trabalho tiveram lugar no Clube de Oficiais das Forças Armadas Gregas. A apresentação da ANS esteve a cargo do presidente da Direcção, António Lima Coelho.

A cerimónia de abertura contou com a presença de altos representantes das Forças Armadas Gregas e de diversos adidos militares acreditados em Atenas. Destaque para a eleição dos novos membros para o Board da Euromil, entre os quais, António Lima Coelho, da

ANS, por unanimidade e aclamação.

A intervenção proferida por Lima Coelho, no decorrer dos trabalhos, motivou diversas reacções por parte do Presidium das quais destacamos a proposta do Presidente Interino da Euromil no sentido de ser produzida uma carta dirigida pela Direcção da Euromil ao Presidente da República e ao Primeiro-ministro de Portugal, fazendo ao mesmo tempo a pressão possível sobre o Conselho da Europa. Outros representantes manifestaram apoio para que se faça uma carta comum, denunciando a situação, e que seja utilizada por todos de forma a divulgar em toda a Europa a indignação partilhada naquele momento. ▲



O novo elenco directivo da EUROMIL

## Higiene e Segurança no Trabalho na Base Aérea nº 5 – Monte Real

A Base Aérea Nº 5, localizada em Monte Real, é conhecida por nela operarem os famosos aviões F-16, constituindo um dos mais avançados pólos da Força Aérea no que respeita à utilização de tecnologias de ponta e qualificação dos meios humanos, estando canalizados para esta unidade uma parte importante dos recursos da Força Aérea.

De igual modo, tem sido nesta unidade onde os cuidados ao nível da Higiene e Segurança no Trabalho se têm destacado em relação às outras unidades da Força Aérea, o que ainda longe do cumprimento da legislação e demais normas, tem constituído uma espécie de vanguarda que, apesar de vagarosamente, tem contribuído para a melhoria geral das condições de trabalho.

É por tudo isto que não se consegue compreender que algumas situações, com implicações directas na saúde de alguns dos militares que ali prestam serviço, se arrastem no tempo sem a necessária implementação de soluções, anos a fio.

O caso concreto, que chegou ao nosso conhecimento, tem a ver com a utilização de uns equipamentos denominados



“aircoolers” e que servem para fornecer energia eléctrica e ar para refrigeração aos F-16, quando as aeronaves se encontram no solo e seja necessário operar os seus sistemas para preparação da aeronave para o voo ou para acções de manutenção. Os “aircoolers” existentes na BA5 possuem motores de combustão que, como é lógico, quando em funcionamento produzem gases tóxicos e níveis de ruído significativos pelo que é recomendada a sua utilização unicamente ao ar livre.

O problema é que, por falta de alter-



nativas adequadas, estes equipamentos são usados com muita frequência no interior de hangares durante horas a fio provocando problemas graves de exposição ao ruído e inalação de gases tóxicos, muito particularmente durante o Inverno em que por imperativo das condições meteorológicas é necessário fechar as portas dos hangares.

A verdade é que hoje em dia existem já sistemas alternativos que funcionam no exterior dos hangares, sem os inconvenientes dos motores de combustão e que possibilitam o fornecimento de

energia eléctrica e ar de refrigeração através de uma instalação fixa no próprio hangar e que a Força Aérea, para salvaguardar a saúde dos militares e melhorar as suas condições de trabalho, poderia já ter feito esse investimento, ao invés da manutenção dos actuais “Aircoolers” que pecam pelo seu obsolescência e menor fiabilidade.

A redacção de “O Sargento” irá estar atenta a futuros desenvolvimentos sobre este assunto, pelos perigos que acarreta para a saúde dos nossos camaradas da manutenção dos F-16. ▲

# CURSOS DE MERGULHO

ACORDO ESPECIAL ANS

OFERTA DE 1 DIA MERGULHO = 85 €  
ou  
DESCONTO -10%

|                       |      |
|-----------------------|------|
| PADI OPEN WATER DIVER | 375€ |
| PADI AOWD             | 275€ |
| PADI EFR              | 150€ |
| PADI OPEN WATER DIVER | 300€ |

\* ESTÁ INCLUIDO TODO O MATERIAL NECESSÁRIO A UTILIZAR.

\* SERÁ ATRIBUÍDA NO FINAL UMA CERTIFICAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL DE MERGULHO

\* O LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS AULAS TEÓRICAS E DE PISCINA SERÁ NO HOTEL PRAIA NORTE

\* AS AULAS DE MAR SERÃO REALIZADAS NAS BERLENGAS

\* OS CURSOS PODEM SER REALIZADOS EM LOCAL A COMBINAR

**HALIOTIS**  
AVENTURAS SUBMERSAS

TEL. Geral: (+351) 262 781 160

Fernando Talhadas: 919 528 905

Fernando.talhadas@haliotis.pt

WWW.HALIOTIS.PT



R-798901

## Mais de 35 mil cartões de protesto foram entregues ao secretário de Estado da Holanda

Mais de 35.000 cartões de protesto foram assinados por pessoal militar e civil das Forças Armadas Holandesas como forma de apoio aos Sindicatos do Pessoal Militar Holandês, na sua batalha contra o crescente desemprego e deterioração das condições de trabalho.

O texto escrito nos cartões é o seguinte: "Não Aceitamos Mais Isto!". Este texto enfatiza a crescente insatisfação motivada pelo atraso nas negociações acerca dos termos gerais do emprego e da ameaça de uma futura alteração para retardar a idade de passagem à pensão de reforma para 60 anos.

Na sexta-feira, 24 de Fevereiro de 2006, os presidentes dos Sindicatos de Militares Holandeses fizeram a entrega formal destes cartões ao secretário de Estado da Defesa, senhor Cees van der Knaap. Os cartões foram entregues em frente à porta de entrada do Ministério da Defesa, na presença de

membros dos sindicatos trajando os seus uniformes militares.

(Tradução livre de um artigo escrito na revista do sindicato AFMP/FNV 'Opinie' n.º 4 de Abril de 2006)

**Nota da Redacção:** Ao que sabemos, a coesão e a disciplina das Ff Holandesas não foi posta em causa... Nem deste acto resultaram processos disciplinares... ▲



Nas fotografias, de cima para baixo e de esquerda para a direita:

1. Secretário de Estado, senhor Cees van der Knaap e em primeiro plano Wim van den Burg, presidente do sindicato AFMP/FNV
2. Representantes dos sindicatos militares: AFMP/FNV, KVM, VBMNOV, ACOM
3. Wim van den Burg enfatiza a importância de se chegar a acordo antes da missão e forças holandesas no Uruzgan/Afeganistan
4. Membros dos sindicatos de militares

## ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

### Grupo Totta

Protocolo entre a ANS e o Grupo Totta — Totta, Crédito Predial e Santander — em vários produtos e serviços: Contas, Crédito Habitação, Crédito Pessoal, entre outros. Obtenha informações junto de qualquer balcão do Grupo Totta. ●

### Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.  
Esta é uma, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, entre estabelecimentos em:

- **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059
- **Lagoa (Algarve)** — Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- **Vila Nova de Gaia** — Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

### Caravanas

Protocolo com o **Stand Monte Carlo**, da Motril, Lda, para a venda de **caravanas** e **autocaravanas**, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses.

OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Festas".  
■ Sede e vendas: Rua Saavedra Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.  
■ Exposição e vendas: **Estrada Estoril/Sintra** (junto ao Autódromo). ●

### Pneus, peças e acessórios

Protocolos da ANS com:

■ **GraciAuto**, para a venda de **peças e acessórios para automóveis**, nas seguintes condições: venda a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extra e material de origem.  
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de S. Romão, 30 A - Lisboa - Tel: 249 725 649.

**Entroncamento** ●

■ **Sulpneus**, com 20% de descontos na prestação de serviços (alinhamento de direcção, montagem de escapes, discos e amortecedores, focagem de faróis, equilíbrio de rodas, pré-inspecção).  
Rua Álvaro Ferreira Alves, 7 - Zona Industrial de Sta Marta do Pinhal - Corroios  
Tels.: 21 254 39 56 / 21 254 84 38

### Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 0,05 n por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do paga-

mento mediante a apresentação do cartão "**Cepsa Team**". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em **lubrificantes**, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "**Proposta de Adesão**" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à ANS. ●

### Construção Civil

Protocolo entre a ANS e a empresa J. Gomes & Gomes, Lda, para obras de construção e reparação, com descontos até 20%.  
Contactos: 243 992 681 / 262 949 467 / 91 979 76 28 ●

### Medicina dentária

Protocolos com:

- **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodontia.  
Rua Prof. Nereuza Feio, 12 A Queijas  
Tel. 214 160 672 / 919 469 529

## João Costa lidera ranking mundial em Pistola Livre a 50 metros

O atirador olímpico João Costa subiu do terceiro para o primeiro lugar do ranking mundial de Pistola Livre a 50 metros, em consequência da sua vitória na Taça do Mundo de Munique.

Na lista publicada pela Federação Mundial de Tiro, com data de 1 de Junho, o atleta do Projecto Pequim 2008 (Nível 2), já qualificado para os Jogos Olímpicos, totaliza 2138 pontos, contra 1735 de Vladimir Isakov e 1614 de Mikhail Nestruv, ambos da Rússia.

O ex-líder do ranking, o coreano Jong Oh Jin, desceu para a quarta posição, com 1201 pontos.

5.º em P.A.C.

Também no ranking de Pistola de Ar Comprimido, o atirador da Figueira da Foz regista uma grande subida, da 17.ª para a 5.ª posição, depois de ter sido 2.º na Taça do Mundo de Munique.

Nesta especialidade, lidera o chinês Zongliang Tan, com 1633 pontos, igualmente seguido do russo Isakov, com 1584, enquanto João Costa totaliza 1130 pontos.

O atleta português vai disputar a Taça do Mundo de Milão, nas duas especialidades. No ranking de Tiro, de Tiro com Armas de Caça, o melhor português continua a ser Manuel Silva, atleta que já conquistou um lugar para Portugal nos Jogos de Pequim.

Igualmente engadido ao Projecto Pequim 2008 (Nível 2), Manuel Silva é actualmente o 5.º do Mundo, com 995 pontos, tabela liderada pelo russo Alexey Alipov, com 2255, seguido do indiano Manavjit Singh Sandhu, com 1457.

José Silva surge na 39.ª posição, com 128 pontos, e João Paulo Azevedo, atleta do Projecto Esperanças Olímpicas 2012, é presentemente o 62.º do ranking mundial, com 49 pontos. ▲

## Informa-te junto da ANS

■ **Clinica Dentária dr.º Rosário Saragamo**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Rua Prof.º Miguel Bombarda, 5 - loja 3 (junto ao Centro de Saúde)  
**Entroncamento**  
Tel. 249 725 767 ●

### Aluguer de viaturas

Na **National** (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuar o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ilhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

### Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo com a empresa **CG Acordes, Lda.**, na Rua do Frágoso, 4, em Évora, que pratica um desconto em todas as vendas de instrumentos de sopro de 26% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Esta firma tem a sua loja virtual na internet: [www.portugalshopping.pt/acorde](http://www.portugalshopping.pt/acorde) onde os artigos expostos na loja têm um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 11% de desconto. ▲



## Comemorações do 25 de Abril!

# Mancha Branca na Av. da Liberdade

No final do Encontro de Militares na Reserva e Reforma, no dia 19 de Abril, na Casa do Alentejo, foi apresentada aos presentes, sob forma de proposta, a ideia que tinha sido apresentada há um mês por um primeiro-sargento da Força Aérea. Esta proposta consistia em participarmos na manifestação popular comemorativa dos 32 anos do 25 de Abril, envengando as camisolas brancas "100% Sargento", uma vez que foram proibidas aos militares organização de manifestações.

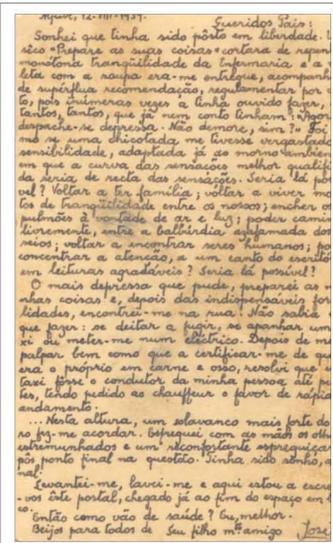
A proposta foi aprovada e mais tarde apresentada às outras associações, que aderiram, e assim, na tarde de 25 de Abril, em liberdade, a mancha branca de centenas de militares e seus familiares envengando maioritariamente camisas brancas, manifestaram-se pacificamente, numa atitude de grande civismo e cidadania, demonstrando que o exercício de um direito constitucional não põe em causa a coesão nem a disciplina das Forças Armadas.

Foi um momento de grande compulsião entre os militares portugueses, as suas famílias e o

povo anónimo, que à passagem da manifestação dos militares não regateou aplausos, sendo de referir que foi a família militar e a defesa da condição militar que mais aplausos motivou por parte da massa popular.

Os militares, que por força de decisões de carácter político de duvidosa argumentação foram separados do povo português, por não mais terem sido feitas cerimónias militares na comemoração da efeméride que historicamente liga o povo português e as suas Forças Armadas, foram aqui afinal acarinhados pelo mesmo povo que ainda sabe que é nos seus militares que pode e deve confiar, e de quem pode esperar sempre o cumprimento das suas missões e obrigações constitucionais.

Foi muito bonito ver Abril devolvido aos militares e os militares voltarem a confraternizar, nesta data, com o povo do qual emanam. Afinal nem a disciplina, nem a coesão das Forças Armadas foram afectadas pela realização de uma verdadeira manifestação! ▲



## PARA QUE NUNCA SE ESQUEÇA...

### Homenagem Aos Que Souberam Resistir!

"Aljube, 12-VIII-1979  
Queridos Pais:

Sonhei que tinha sido posto em liberdade. Um seco: "Prepara-te para a liberdade" cortara de repente a montanha franquiada da Enfermária e a muleta com a roupa era-me entregue, acompanhada de supérflua recomendação, regulamentar por certo, pois inúmeras vezes a tinha ouvido fazer, a tantos, tantos, que já nem conto tinham: "Agora despache-se depressa. Não demore, sim?" Foi como se uma chicotada me tivesse vergastado a sensibilidade, adaptada já ao morno ambiente, em que a curva das sensações melhor qualificada seria de recta das sensações. Seria lá possível? Voltar a ter família; voltar a viver momentos de tranquilidade entre os nossos; e encher os pulmões à vontade de ar e luz; poder caminhar livremente, entre a balbúrdia azafamada dos passios; voltar a encontrar seres humanos; poder concentrar à vontade, a um canto do escriptorio, em leituras agradáveis? Seria lá possível? O mais depressa que pude, preparei as minhas coisas e, depois das indispensáveis formalidades, encontrei-me na rua. Não sabia o que fazer: se deitar a fugir, se apanhar um táxi ou meter-me num eléctrico. Depois de me apalpar bem como que a certificar-me de que era o próprio em carne e osso, resolvi que um táxi fosse o condutor da minha pessoa até penates, tendo pedido ao chauffeur o favor de rápido andamento.

...Nesta altura, um solavanco mais forte do que o carro fez-me acordar. Esfreguei com as mãos os olhos estremunhados e um reconfortante espreguejar pôs ponto final na questão. Tinha sido um sonho, afinal.

Levanti-me, lavei-me e aqui estou a escrever-vos este postal, chegado já ao fim do espaço em branco. Então como vão de saúde? Eu, melhor. Beijei para todos de seu filho muito amigo José"

(Se o meu tio tivesse sobrevivido à prisão, teria podido festejar o aniversário do 25 de Abril de 1974. Preso político durante uns poucos meses, não resistiu aos maus tratos a que foi sujeito, e a doença que o levou à morte. Esta é a transcrição de um dos inúmeros postais que escrevi aos meus avós - e das poucas recordações que dele possuo.)

Dulce Lázaro ▲